



Índice

- 01** Festival recebe mais de 15 lideranças indígenas
- 02** Cimi lança relatório com dados de violência contra os povos indígenas
- 03** Em reunião com indígenas, Sandoval anuncia que criará da Secretaria da Cultura em 2015
- 04** Funai nega criação de reserva indígena na região Sul
- 05** Processos contra demarcação de terras indígenas em MS são extintos
- 06** Aluno Indígena do IFMT Cáceres representa todos os atletas na abertura oficial do II JIFMT
- 07** Extração de diamantes em terra indígena em MT atrai conflitos e mortes, ladrões, prostitutas e contrabandistas
- 08** Conflitos no Campo Brasil, em 2013: Povos indígenas foram os mais violentados e os que mais resistiram. BH, 15/07/2014.
- 09** 09 de agosto: Dia Internacional dos Povos Indígenas
- 10** Indígenas participam do projeto educacional Bombeiro Mirim – Anjos do Araguaia
- 11** Incra reconhece Comunidade Santa Rosa dos Pretos como remanescente de quilombo
- 12** Mesa de acompanhamento da Política de Regularização Quilombola é instalada no



Paraná

- 13** Eldorado (SP) recebe feira de sementes quilombolas
- 14** Cônsules dos EUA visitam o Itesp e se informam sobre quilombos
- 15** Brasil: movimento quilombola pode ser o maior programa do mundo de reparação pela escravidão
- 16** Parceria entre ONU e Brasil estimula inclusão social de comunidades quilombolas
- 17** Quilombolas da Comunidade Kalunga do Mimoso recebem orientações
- 18** Cinco mil ribeirinhos acreditam na união de comunidades
- 19** Urbanização da Beira Rio de Floriano beneficiará bairros ribeirinhos
- 20** Índios falam em atraso na mudança a casa popular; Governo do RJ nega
- 21** 'Meio sem jeito, mas valeu', diz índio sobre dança alemã na final da Copa
- 22** Deputado elogia médicos que romperam lacre para salvar índio baleado
- 23** TRF3 permite que Kadiwéus permaneçam em área demarcada no Mato Grosso do Sul
- 24** Reunião – Fórum Permanente Indígena
- 25** Marãiwatsédé. Aqui viviam nossos ancestrais
- 26** Fórum discute educação indígena em Santarém, no PA
- 27** Relatório aponta média de 1 suicídio a cada 5 dias entre indígenas de MS
- 28** IGUATEMI- Cresce tensão na região de área ocupada por indígenas
- 29** Professora sofre ameaças por ensinar Constituição a indígenas Munduruku

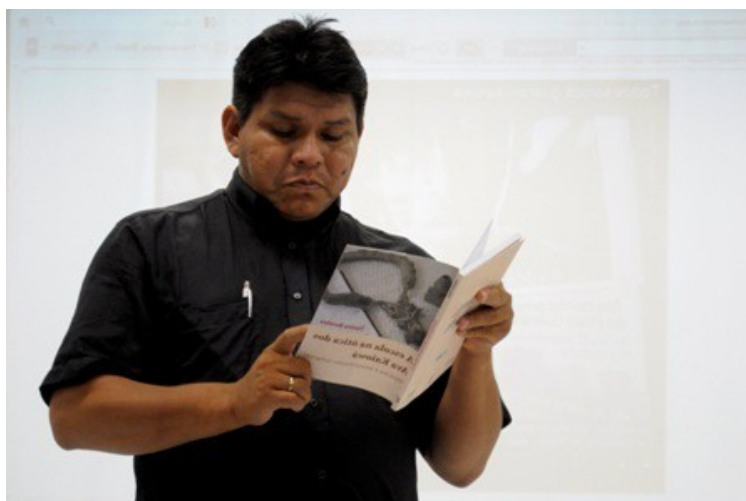


-
- 30** O II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas – ENEI acontecerá nos dias 04 a 07 de agosto de 2014, na Universidade Católica Dom Bosco, na cidade de Campo Grande – MS
- 31** Operação em Aldeias Indígenas Apreende 15 Motocicletas

Festival recebe mais de 15 lideranças indígenas

SÍTIO CEDEFES, 15.07.2014

Segundo Tonico Benites, coordenador do encontro, eles representam mais de 180 mil índios no Brasil



Por Leandro Lopes;
Foto: Merlin Malacosky.

No dia 21 de julho, segunda-feira, às 10h, a programação do Festival de Inverno da UFMG dá espaço para todos que se interessem pela temática indígena para ouvir, discutir e colaborar para os assuntos que envolvem a história e a atualidade dos índios brasileiros. Trata-se da Grande Assembleia (Aty Guasu) dos Povos Indígenas no Brasil, que será aberta, sem que seja preciso fazer inscrições.

Mais de 15 lideranças indígenas estarão presentes, como os Guarani e Kaiowa, Gurani Mbya, Terena, Kaiapó, Munduruku, Tupinambá, Guajajara, Tukano, Krenak, Txucarramae, Maxakali e Kaikang. A coordenação do encontro é do guarani-kaiowá Tonico Benites, mestre e doutorando em Antropologia Social pela UFRJ.

“É importante dizer que esses 15 distintos povos indígenas convidados pertencem a cinco regiões e representam mais de 180 mil índios no Brasil. São povos resistentes que, de modos similares, lutam reiteradamente pelo reconhecimento oficial da parcela de seus territórios tradicionais, retomando e reivindicando a posse definitiva de suas terras. Cada povo indígena convidado possui sua história e trajetória de relação interétnica específica, é portador de uma religião e uma cultura própria e diferenciada, possui sua especificidade, identidade étnica e língua própria”, lembra Tonico.

CONT.



Segundo ele, esses povos indígenas, de forma semelhante, sofreram e ainda sofrem a expulsão de seus territórios pela política homogeneizante e autoritária do Estado brasileiro. “Como sabemos, em diversas regiões do atual Brasil, houve um progressivo processo de territorialização dos povos indígenas, ritmado por uma paulatina política comum nacional de expropriação, causando o genocídio e as violências diversas”, alerta ele. Tônico lembra que todo esse processo é um projeto histórico brasileiro que levou os diversos povos indígenas a serem dispersos, dizimados e encurralados nos pequenos espaços de terras, chamados de postos indígenas, onde sofrem dominação.

Eis um dos objetivos do encontro: socializar, visibilizar e divulgar a luta comum permanente desses povos indígenas brasileiros diferentes. Além disso, discutir os maiores problemas que esta população enfrenta atualmente. Como, por exemplo, o não reconhecimento e a regularização das terras, o combate ao racismo e a discriminação.

“Como o 46º Festival de Inverno ocorrerá no campus da UFMG, em Belo Horizonte, os participantes desse evento serão também professores, pesquisadores, acadêmicos, políticos, pessoas envolvidas em movimentos sociais e jornalistas. Por essa razão, o evento será um espaço fundamental para potencializar as discussões sobre as situações atuais e demandas contemporâneas dos povos indígenas no Brasil”, afirma Tônico. E, espera-se todos vocês! Participe! Para saber mais, acesse: <http://46festivalufmg.wordpress.com/grupos-de-trabalho/aty-guasu/>.



Cimi lança relatório com dados de violência contra os povos indígenas

SÍTIO CEDEFES, 15.07.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lança nesta quinta-feira (17 de julho), às 9h30, na sede da CNBB, o relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil que sistematiza os dados de violências cometidas contra os povos e comunidades indígenas em 2013. O panorama político explicita que as recentes investidas e ataques contra os direitos dessas populações têm um reflexo direto nas aldeias em todo o país. A paralisação das demarcações de terras, a tentativa de retirar direitos garantidos através de projetos de emenda à Constituição, portarias e decretos, a proposta de modificar o procedimento administrativo de demarcação das terras e as manifestações ruralistas realizadas em vários estados, dentre outros atos anti-indígenas, tiveram como consequência o acirramento dos conflitos que envolvem a disputa de terras.

Há mais de 20 anos o Cimi sistematiza informações levantadas por suas equipes espalhadas pelo Brasil, que atuam próximas ou até mesmo nas próprias áreas indígenas. Dados pesquisados junto aos órgãos públicos e notícias veiculadas pela imprensa também servem de base para o relatório.

Dividida em quatro partes, a publicação traz no primeiro capítulo as seguintes categorias: omissão e morosidade na regularização das terras indígenas; conflitos relativos a direitos territoriais; e invasões, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio. A segunda parte apresenta as violências cometidas "contra a pessoa", dentre elas constam assassinato, ameaça de morte, abuso de poder, homicídio culposos, lesão corporal dolosa, racismo e discriminação e violência sexual, dentre outras. Já o terceiro capítulo traz dados sobre as violências causadas por omissão do poder público, como desassistência geral e desassistência nas áreas de saúde e educação, morte por desassistência, mortalidade infantil e suicídio. E, por último, há informações sobre os povos indígenas que vivem em situação de isolamento ou de pouco contato no Brasil e as principais ameaças a que estão sujeitos.

O relatório explicita que a presidenta da República Dilma Rousseff continua tendo a pior média de homologações de terras indígenas desde o fim da ditadura militar, com 3,6 homologações por ano. Em todo o ano de 2013, apenas uma terra foi homologada, a Terra Indígena Kayabi, no Pará. Mas nem mesmo esta terra pôde ter seu registro efetivado, visto que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, concedeu liminar contra o seu registro em cartório. Portanto, nenhum procedimento demarcatório foi concluído em 2013.

Em relação à saúde indígena, a situação é de total omissão. "A constatação de que a cada 100 indígenas que morrem no Brasil 40 são crianças torna inegável o fato de que está em curso uma política indigenista genocida", afirma Dom Erwin Kräutler, bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Cimi.

Sobre a ocorrência de suicídios, dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena

CONT.



(Sesai), divulgados em maio deste ano pelo Cimi, mostram uma realidade bastante devastadora no estado do Mato Grosso do Sul: 73 casos em 2013, uma média de um suicídio a cada cinco dias. Este índice configura-se como o maior em 28 anos, de acordo com os registros do Cimi. Dos 73 indígenas mortos, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá, a maioria com idade entre 15 e 30 anos. No período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá do estado, número que praticamente triplicou na última década. De 2000 a 2013 foram 684 casos.

Além da presença de Dom Erwin e da coordenadora do relatório, a antropóloga Lúcia Helena Rangel, uma liderança indígena do povo Tenharim também estará presente no lançamento do relatório. Quase exterminados pela construção da rodovia Transamazônica na década de 1970, dos cerca de 10 mil Tenharim sobreviveram pouco mais de 100 pessoas naquela ocasião. Em dezembro de 2013, eles foram envolvidos no que consideram ser "o segundo massacre do povo", quando foram responsabilizados pelo desaparecimento de três não indígenas na Transamazônica. Incitada por madeireiros, a população de Humaitá se revoltou contra os Tenharim, queimando um barco, vários veículos e os prédios da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Sesai, além de terem ameaçado e discriminado radicalmente os indígenas, que ainda foram violados em seus direitos pelas próprias forças policiais em suas aldeias. Em um dos casos mais emblemáticos de violência, ocorrido no ano passado, os Tenharim foram condenados pela mídia sem que tivessem sequer sido ouvidos. E, apesar da falta de provas, cinco indígenas estão presos em Porto Velho.

"Existem muitos madeireiros que têm raiva da gente porque eles não podem invadir a reserva para tirar madeira. Tempos atrás, com as operações da Funai e de outros órgãos, eles tiveram carros e tratores apreendidos e ficaram com mais raiva. O que eles fizeram foi aproveitar o momento para se unirem contra nós, se articulando com a população. Foram eles que bancaram o protesto, quando invadiram nossas aldeias", afirmou a liderança Ivanildo Tenharim, na época da violenta manifestação contra o seu povo.

Fonte: CIMI

Em reunião com indígenas, Sandoval anuncia que criará da Secretaria da Cultura em 2015

SÍTIO BLOG DO CLEBER TOLEDO, 15.07.2014

Governador assegurou que implantará políticas que atendam a causa dos índios tocantinenses
Da Redação

O governador Sandoval Cardoso (SD), assumiu o compromisso de criar a Secretaria da Cultura em 2015, caso seja reeleito, em reunião com líderes indígenas do Tocantins. A reunião foi organizada pelo senador Vicentinho Alves (SD). Atualmente, a Secretaria da Educação é a responsável pela promoção da cultura no Estado.

O chefe do executivo assegurou aos líderes indígenas a implantação de políticas que atendam também a causa indígena. "É nosso compromisso criar a Secretaria de Cultura a partir do próximo ano, e dentro dessa estrutura uma diretoria de cultura indígena", afirmou.

Foto: Ascom/SD



Em reunião organizada pelo senador Vicentinho Alves (esq.), Sandoval assume o compromisso de criar Secretaria da Cultura

Sandoval falou ainda que pretende reforçar as ações que visam melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas. "Vocês verão chegar as estradas, as escolas, e todas as ações necessárias para que os nossos irmãos indígenas tenham boas condições de vida", disse.

O governador encerrou convidando a todos a participarem e prestigiarem os Jogos Mundiais Indígenas, que acontecerão em Palmas, em 2015. "Será uma grande oportunidade de mostrarmos ao mundo, as riquezas culturais do nosso povo indígena e o potencial da nossa Capital e do nosso Estado", finalizou.



Funai nega criação de reserva indígena na região Sul

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 15.07.2014

ÉLISSAN PAULA RODRIGUES

A assessoria de comunicação da Funai (Fundação Nacional do Índio), em Brasília, negou a informação de que uma nova reserva indígena será criada no município de São João da Baliza, na região Sul de Roraima.

Há alguns dias, deputados estaduais têm protestado e criticado a suposta demarcação. Eles teriam recebido essa informação de moradores da região.

Na sessão desta terça-feira, dia 15, o deputado Gabriel Picango (PRB) voltou a tocar no assunto e afirmou que, segundo informações que teria recebido, a Reserva dos Índios Pirititi já constaria nos mapas de órgãos do Governo Federal. "Se for preciso vamos até as últimas consequências para livrar o povo daquela região de mais uma demarcação injusta", comentou.

Entretanto, a Funai, via e-mail enviado à redação da Folha, afirma que "a informação não procede". E ressalta: "A despeito da existência de reivindicações indígenas no estado, não há ações de identificação e delimitação planejadas no âmbito do presente PPA (Plano Plurianual)".



Processos contra demarcação de terras indígenas em MS são extintos

SÍTIO DOURADOS AGORA, 15.07.2014

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) seguiu o parecer do Ministério Público Federal (MPF) e extinguiu os recursos de três municípios de Mato Grosso do Sul (MS) que pediam a anulação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), que visa acelerar os estudos e procedimentos de demarcação de terras indígenas na região.

A decisão considera os municípios de Sete Quedas, Naviraí e Tacuru como partes ilegítimas para questionar o TAC celebrado, impondo à Funai a retomada dos trabalhos de identificação e delimitação de terras indígenas em área que abrange 26 municípios do Estado.

Sob o argumento de que seriam partes interessadas nas demarcações, os municípios de Sete Quedas, Naviraí e Tacuru moveram ações na Justiça Federal buscando invalidar o TAC. Sob a alegação de defender o direito da coletividade, os municípios afirmavam que as demarcações acarretariam danos aos cofres públicos, com eventual redução na arrecadação tributária e aumento de gastos com as comunidades indígenas.

A Constituição Federal de 1988 previa um prazo de 5 anos para que o poder público demarcasse terras tradicionalmente indígenas. Em razão do descumprimento desse mandamento constitucional, mesmo após duas décadas da promulgação da Carta Magna, e para evitar mais ações judiciais visando a demarcação em Mato Grosso do Sul, o MPF firmou, em novembro de 2007, o TAC com a Funai. Pelo compromisso, a autarquia editou portarias que criava Grupos Técnicos para identificar e delimitar terras indígenas em uma área que abrange 26 municípios sul-mato-grossenses, bem como contratar antropólogos e produzir relatórios que seriam encaminhados ao MPF.

"O dever de prestação de serviços assistenciais aos indígenas é obrigação constitucional e legal do município, independentemente de se tratar de índios ou não, pois que todos são cidadãos brasileiros", asseverou o procurador regional da República Robério Nunes dos Anjos Filho, autor de um dos três pareceres do MPF no caso. O procurador critica a alegação de aumento de gastos, "dado seu conteúdo reprovável e a proibida política segregacionista, decorrente de discriminação negativa aos índios, vedada pela Constituição Federal de 1988", concluindo que tais valores nem seriam suportados diretamente pela municipalidade, uma vez que "a União repassa verbas aos municípios para o atendimento de saúde às comunidades indígenas, por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa)".

O MPF rebateu também a afirmação dos municípios de que defenderiam o interesse da coletividade, uma vez que as terras em discussão são de particulares em detrimento da previsão constitucional de reconhecimento de terras indígenas. "É até difícil reconhecer no caso qualquer interesse econômico legítimo, pois não é possível conceber que se possa sustentar a

CONT.



legitimidade de um interesse dessa natureza quando o mesmo implica o desrespeito de uma determinação expressa da Constituição Federal, segundo a qual os procedimentos demarcatórios já deveriam ter sido concluídos desde 1993”, explica o procurador regional da República Paulo Thadeu Gomes da Silva, autor dos outros dois pareceres do MPF. “Diante do conflito entre o direito à propriedade, caracterizado pelo interesse patrimonial e o princípio da dignidade da pessoa humana, consistente na garantia de condições mínimas à sobrevivência da comunidade indígena, evidencia-se a necessidade de prevalência deste último”, prossegue o procurador Paulo Thadeu.

Aluno Indígena do IFMT Cáceres representa todos os atletas na abertura oficial do II JIFMT

SÍTIO DIÁRIO DE CÁCERES, 15.07.2014



Guilherme Mendes, 18 anos, foi o aluno escolhido para falar como representante de todos os atletas do Instituto Federal de Mato Grosso, na cerimônia oficial de abertura do II Jogos do IFMT, realizada na noite desta segunda-feira (14.07) no Ginásio do Verdinho em Cuiabá. Índio da etnia Chiquitano que habita na região de fronteira com a Bolívia ele é aluno residente do IFMT Cáceres e participa do JIFMT trazendo experiência como atleta em sua comunidade.

"Eu sou indígena, sou Chiquitano, aluno do IFMT Campus Cáceres, mas aqui represento todos os atletas do Instituto Federal de Mato Grosso. Estou feliz pela possibilidade de conhecer outras pessoas de vários lugares" afirmou Guilherme.

O aluno lembrou da realização do I JIFMT em Cáceres em 2012 e falou do entusiasmo pela oportunidade de participar da II edição dos Jogos. "Foi em Cáceres que esta história começou com o I Jogos do IFMT e agora todos juntos vivemos e escrevemos outra parte desta história. Ótimo jogos a todos", concluiu.

Guilherme disputará medalha na modalidade atletismo, na prova de corrida de 5.000 metros e na modalidade coletiva de Futebol.

fonte: Edna Pedro/Assessoria



Extração de diamantes em terra indígena em MT atrai conflitos e mortes, ladrões, prostitutas e contrabandistas
SÍTIO 24 HORAS NEWS, 15.07.2014

Liminar do STJ mantém decisão do TRF que determinava a suspensão das autorizações para lavra

A partir de agora, devem ser cancelados os requerimentos para realização de pesquisa mineral em terras indígenas da comunidade Cinta Larga e no seu entorno, conforme decisão obtida pelo Ministério Público Federal (MPF) junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). No dia 1º de julho, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para retirar efeito suspensivo que impedia a decisão do TRF1 de ser cumprida. Desde a ação civil pública em primeira instância, o MPF demonstrou que as pesquisas e lavras autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no interior da terra indígena têm servido para aumentar a criminalidade na área.

Relatório da Polícia Federal (PF) citado nas peças do MPF assinala os conflitos gerados entre garimpeiros, minerados e indígenas por causa da comercialização ilícita de diamantes extraídos nas terras ocupadas pelos índios Cinta Larga, com produção avaliada em torno de US\$ 20 milhões mensais. Segundo apuração da PF em Rondônia, a vida dos contrabandistas tem sido facilitada pela concessão de licenças de pesquisas minerais próximas às áreas indígenas pelo DNPM e "a presença de mineradoras nas áreas circunvizinhas às terras indígenas fomenta o contrabando e o crime organizado que atua contrariamente aos interesses indígenas".

A área indígena dos Cinta Larga possui um raro kimberlito – rocha vulcânica onde é encontrado o diamante – que, segundo estudo da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, órgão do Ministério das Minas e Energia, é único no país, podendo gerar uma mina industrial de diamante de gema com capacidade para produzir, no mínimo, um milhão de quilates de pedras preciosas por ano.

Além disso, a exploração atrai ladrões de pedras, prostitutas e traficantes para a região. Já provocou a morte de pelo menos cem garimpeiros, índios e contrabandistas nos últimos dois anos, e é responsável por sérios danos ambientais, tais como o assoreamento do Rio Roosevelt.

Da sentença favorável ao MPF em primeira instância, o DNPM recorreu ao TRF1, que considerou prejudicado seu apelo ao entender que "o interesse na proteção do meio ambiente, as condições de vida da população indígena local e a neutralização da criminalidade faz emergir os motivos para a revogação da lavra". Segundo o acórdão da 5ª Turma, constatada a incompatibilidade da atividade minerária e a ordem pública no entorno da terra indígena Cinta Larga, resta superada a utilidade do aproveitamento mineral na área sub judice.

CONT.



Contra essa decisão, o DNPM ajuizou recurso especial. O vice-presidente do TRF-1 deferiu liminar em medida cautelar para suspender o cumprimento do acórdão até que o recurso especial seja julgado. Contra essa decisão, o subprocurador-geral da República José Elaires Marques de Teixeira ajuizou uma medida cautelar (contracautela) junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para garantir que o acórdão seja cumprido imediatamente. Para ele, não estão presentes os requisitos que justificariam a concessão do efeito suspensivo pela vice-presidência do TRF1: perigo na demora (*periculum in mora*) e a fumaça do bom direito (*fumus boni iuris*).

Elaeres alertou que, na verdade, a demora para se cumprir a decisão é desfavorável ao MP e não ao DNPM. Isso porque, segundo argumenta, a suspensão das concessões de pesquisa se deu em razão do aumento da criminalidade local como consequência da extração ilegal de diamantes nos arredores da terra indígena, situação que pode continuar, caso não seja cumprida de pronto a decisão colegiada do TRF1. Quanto à inexistência da "fumaça do bom direito", o subprocurador aponta, preliminarmente, que, para alterar o já decidido pela turma do TRF1, o STJ necessitaria analisar fatos e provas, procedimento inviável em se tratando de recurso especial.

Mas o MPF alega, também, que as normas brasileiras destinadas à proteção dos povos indígenas "veda a prática de mineração por terceiros e terras indígenas e, mesmo após a edição da regulamentação reclamada no texto constitucional, a autorização para tal prática é de competência exclusiva do Congresso Nacional, após oitiva das comunidades afetadas". Nesse sentido, explica o subprocurador, o DNPM não tem mais qualquer atribuição para decidir sobre as autorizações.



Conflitos no Campo Brasil, em 2013: Povos indígenas foram os mais violentados e os que mais resistiram. BH, 15/07/2014.

SÍTIO BLOG DO FREI GILVANDER LUÍS MOREIRA, 15.07.2014

Síntese feita por frei Gilvander Moreira.

Não foi por acaso que a 29ª edição do livro-relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Conflitos no Campo Brasil 2013 trouxe na capa a foto de um indígena pintado, com olhar firme e destemido para a resistência. De fato, em 2013, Conflitos e Violência atingiram de forma veemente os povos indígenas e comunidades tradicionais. Das 1.266 ocorrências relacionadas ao conjunto dos conflitos no campo no Brasil, 205 estão relacionadas aos indígenas. 154 referem-se a conflitos por terra ou retomada de territórios e 11 a conflitos pela água. Das 34 mortes por assassinato, 15 são de indígenas. São também indígenas 10 das 15 vítimas de tentativas de assassinato.

Mato Grosso do Sul e Bahia lideram o ranking da violência contra os indígenas. O Mato Grosso do Sul destaca-se: 15 foram ameaçados de morte, 7 sofreram tentativa de assassinato, 3 foram assassinados, 8 presos. 100% dos assassinados e dos que sofreram tentativa de assassinato são indígenas. Também 100% dos assassinados em Roraima são indígenas. Na Bahia, dos 6 assassinatos, 4 são de indígenas e das 3 tentativas de assassinato, 1 é contra indígena, além de 3 ocorrências de ameaça de morte.

Chama atenção o alto índice de violência incidente sobre as lideranças indígenas, com 34 ocorrências relacionadas a ameaças de morte, 26 a tentativas de assassinato e 4 assassinatos.

Em 2013, porém, os povos indígenas não foram simplesmente vítimas de ações violentas. Eles protagonizaram 61 ações de retomada de seus territórios, entre as 230 registradas. 20 destas ações se registraram na Bahia e 30 no Mato Grosso do Sul. Fatos que desconstróem a noção de passividade dos nossos parentes indígenas.

Além disso, os indígenas multiplicaram de Norte a Sul do País suas manifestações. Foram 156, envolvendo 35.208 indígenas. Por diversas vezes o canteiro de obras da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, foi ocupado; os índios Munduruku da região do Tapajós, no Pará, queimaram documento que lhes foi enviado por representantes do governo federal, que se negavam a encontrar-se com eles numa aldeia, como eles exigiam. Por dias consecutivos, no Paraná e no Rio Grande do Sul, os índios protestaram contra a suspensão dos processos de reconhecimento e demarcação de suas terras, bloqueando diversas rodovias, ocupando a sede do PT no Paraná, fazendo protestos diante do Palácio do governo no RS.

A ação que mais chamou a atenção foi a ocupação do Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, quando exigiam a suspensão da Proposta de Emenda Parlamentar (PEC) 215/00, que propõe transferir a competência pela demarcação das terras indígenas da Presidência da República para o Congresso, e de outros projetos de lei, portarias e decretos, que pululam no Congresso, contra os direitos adquiridos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2014

Brasília, 16 de julho de 2014.

O número de conflitos pela água apresentou considerável crescimento de 32%, de 79, em 2012, para 104, em 2013. É o maior número desde 2002 quando a CPT começou a contabilizá-los. O maior número de conflitos pela água está relacionado com a construção de hidrelétricas, 43 ocorrências, e cresce o número de conflitos relacionados à mineração, 28 ocorrências.

Em 2013, entre as 241 pessoas ameaçadas de morte estão 40 mulheres. Nos últimos 10 anos – entre 2004 e 2013 – 2.282 pessoas foram ameaçadas de morte por questões relativas a conflitos por terra. Destas 382 eram mulheres. Nos últimos 10 anos, 338 mulheres foram assassinadas na luta pela terra.

Número de famílias despejadas em 2013 cresce 76% na Amazônia, passando de 1.795 para 3.167. Também na Amazônia, o número de famílias expulsas cresceu em 11%, passando de 472 para 525.

Em 2013, pela primeira vez o número de pessoas resgatadas da escravidão foi maior nas cidades – na construção civil e indústria têxtil – do que no Campo. Dos 2.242 trabalhadores resgatados em 2013 no Brasil, 1.153 foram libertados em atividades urbanas, o que representa 51% do total de libertados. De 28.702 trabalhadores resgatados entre 2003 a outubro de 2012, período em que foram analisados dados relacionados à concessão do seguro-desemprego, ao qual todo trabalhador resgatado tem direito, nada menos do que 7.319 são maranhenses (25,5%). O Maranhão é o penúltimo estado do país no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (0,639 pontos no índice de 0 a 1), à frente apenas de Alagoas.

Mas os números são apenas a ponta do iceberg da violência no Campo. Anna Maria Rizzante Gallazzi, no livro *Conflitos no Campo Brasil 2013*, nos alerta: “Os números, porém, não dizem, nem mostram a angústia, as lágrimas, a dor das esposas, mães e pais, filhos e filhas, irmãos que recebem a notícia e os corpos dos que foram assassinados. Menos ainda mostram a dureza dos dias, quando precisa continuar a vida, aprender a viver sem a pessoa querida, seguir a vida, trabalhar, engolir os soluços e a dor para ajudar quem sobreviveu. Não mostram as longas noites de insônia e de medo, cheias de preocupação. Números não mostram, não falam, não contam...” (p. 64).

Importante lembrar que para os agentes pastorais da CPT contar a cada dia os números da violência no campo não é fazer um registro frio. É o serviço de alguém que está ao lado dos camponeses, sofrendo com eles, mas conspirando lutas de resistência e de enfrentamento ao sistema do capital na convicção de que a terra, as águas, a biodiversidade e toda a cultura popular jamais podem ser privatizadas como insistem o sistema do capital e seus vassalos.

Para acessar a íntegra de *Conflitos no Campo Brasil 2013*, da CPT, acesse www.cptnacional.org.br

Belo Horizonte, MG, Brasil, 15 de julho de 2014.

09 de agosto: Dia Internacional dos Povos Indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.07.2014



Arpin Sul

No dia 9 de agosto, todos os povos indígenas se unem para mobilizarem e ecoarem ao redor do mundo as diversas realidades enfrentadas pelas comunidades diariamente ao redor do planeta.

Todos nós sabemos quanta beleza cultural e sabedoria ancestral se encontra pelos diversos locais do mundo onde estão reunidos os povos indígenas. Mas, infelizmente, muitas injustiças e a falta de acesso a recursos básicos levam diversos parentes a esvaecerem seus gritos de revolta justamente pela falta de auxílio na propagação de seus anseios e direitos.

Vamos todos nos mobilizar a partir de hoje e divulgar o que de fato ocorre nos países com as comunidades indígenas. Seja em vídeo, foto, áudio, depoimentos e relatos escritos, utilizem a hashtag [?#?TodosPovos?](#) (Português) [?#?AllPepole?](#) (Inglês) [?#?TodaGente?](#) (Espanhol) ou mande para a gente e divulgamos em nossas redes. O envio pode ser feito pelo Facebook ou ainda pelo e-mail mobilizacaonacional@gmail.com.

TODOS OS POVOS, UMA ÚNICA VOZ!



Indígenas participam do projeto educacional Bombeiro Mirim – Anjos do Araguaia
SÍTIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR/GO, 15.07.2014

Sete crianças indígenas, com idade entre 8 e 12 anos, foram integradas à turma Bombeiro Mirim – Anjos do Araguaia 2014 na cidade de Aruanã. O projeto, que acontece durante o período das férias de julho, conta agora com meninos e meninas pertencem as tribos Karajá e Javaé, uma novidade que visa ampliar ainda mais o número de “agentes” multiplicadores da doutrina do Corpo de Bombeiros Militar, focada na prevenção dos acidentes e na preservação ambiental.

Esses indígenas que vivem ainda em aldeias têm uma ampla convivência com a sociedade local, o que não os impediu em manter costumes tradicionais do grupo como: a língua nativa, as bonecas de cerâmica, as pescarias familiares, os rituais como a Festa de Aruanã e da Casa Grande (Hetohoky), os enfeites plumários, a cestaria e artesanato em madeira e ainda as pinturas corporais. Ao mesmo tempo, buscam a convivência temporária nas cidades para adquirir meios de reivindicar seus direitos como a demarcação e manutenção de suas terras, o acesso à saúde e educação bilingüe.

“Apesar da diferença cultural, e principalmente da timidez, os novos alunos estão se adaptando à turma e se esforçando para aprender. Estou compreendendo um pouco dos costumes deles e utilizando novas formas de comunicação para melhorar o aproveitamento das aulas”. Destaca o 2º Sgt Evaldo – Instrutor do Bombeiro Mirim em Aruanã.



Inkra reconhece Comunidade Santa Rosa dos Pretos como remanescente de quilombo
SÍTIO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 15.07.2014

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu e declarou as terras de Santa Rosa dos Pretos, no município maranhense de Itapecuru-Mirim, como Comunidade Remanescente de Quilombo. A Portaria que oficializou o ato foi publicada no Diário Oficial da União.

Para que o Incra reconhecesse a área de 7.496,9184 hectares das terras de Santa Rosa dos Pretos como Comunidade remanescente de quilombo, primeiramente a Autarquia providenciou um estudo da área, para a confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Em seguida vieram as etapas de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações e, por último, a aprovação em definitivo desse Relatório, explicou o chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra-MA, Jovenilson Correia.

“O próximo passo agora, de acordo com o procedimento legal, será o trabalho para a regularização fundiária do Território, com desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação para fins de interesse social”, acrescentou.

Relatórios Antropológicos

Correia informou também que 27 Relatórios antropológicos de comunidades quilombolas no Maranhão encontram-se em fase de conclusão. Esses relatórios foram contratados por meio de um pregão nacional, que licitou empresas em todo o país para realização desses serviços.

O Incra/MA também realizou um pregão regional que resultou na contratação de mais 29 Relatórios antropológicos para a regularização de Territórios quilombolas, o que beneficiou aproximadamente 107 povoados de comunidades quilombolas maranhenses.

Ainda de acordo com Correia, o Incra vem trabalhando, de forma direta, na regularização de outras 20 Comunidades Quilombolas no Maranhão.

Assessoria de Imprensa Incra



Mesa de acompanhamento da Política de Regularização Quilombola é instalada no Paraná

SÍTIO CEDEFES, 15.07.2014

A discussão sobre as questões relacionadas à regularização de territórios quilombolas no Paraná recebeu um importante reforço. Foi instalada ontem (10) na Superintendência Regional do Incra/PR a Mesa de Acompanhamento da Política de Regularização de Territórios Quilombolas do Paraná, com o objetivo de acompanhar a situação dos trabalhos de regularização e discutir ações em conjunto com outras instâncias do governo e da sociedade civil.

A proposta é que sejam realizadas reuniões trimestrais com as entidades envolvidas no sentido de deliberar sobre as questões dos processos de regularização, de forma a efetivar e acelerar os procedimentos de regularização fundiária das comunidades quilombolas do Paraná.

Além do Incra, participaram da reunião e se comprometeram em compor permanentemente a Mesa a Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná (Fecoqui), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a Secretaria Estadual de Relações com a Comunidade (SERC), o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos (CAOPJDH) do Ministério Público Estadual e a organização de direitos humanos Terra de Direitos.

“A Mesa de Regularização de Territórios Quilombolas é uma instância importante de diálogo, acompanhamento e controle social das comunidades e com ela estamos construindo uma agenda positiva nesta área”, afirmou o superintendente do Incra/PR, Nilton Guedes.

Ao final da reunião foram firmados os encaminhamentos e estabelecidos os pontos de pauta para o próximo encontro, que deverá acontecer na primeira quinzena de outubro.

Atualmente, o Incra no Paraná possui 37 processos de regularização de territórios quilombolas abertos. Destes, dez processos estão em andamento, sendo que cinco estão em processo de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). As cinco comunidades que estão sendo trabalhadas em 2014 são: Adelaide Maria Trindade Batista, em Palmas; Manoel Ciríaco dos Santos, em Guaíra; Varzeão, em Doutor Ulysses; Serra do Apon, em Castro; e Mamãs, em Cerro Azul.

Fonte: Incra

Eldorado (SP) recebe feira de sementes quilombolas

SÍTIO SPRESSO/SP, 15.07.2014

O evento, que acontece em agosto, terá também atividades culturais e oficinas cujo objetivo é preservar a cultura e as tradições quilombolas, bem como enaltecer a soberania alimentar dessa população

Por Redação



Primeira edição da feira em Eldorado, em 2008. (Foto: Claudio Tavares/ISA)

Nos próximos dias 22 e 23 de agosto será promovida em Eldorado, no Vale do Ribeira, a sétima edição da Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais dos quilombos do Vale do Ribeira.

Organizado pelo GT Roça, Instituto Socioambiental, Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Eaacone (Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira) e Fundação Florestal, o evento tem como objetivo fortalecer as roças tradicionais e a importância do sistema agrícola quilombola para a soberania alimentar, sua cultura e a geração de renda complementar.

No dia 22, a feira será aberta com o seminário "Sementes: soberania alimentar, cultura e geração de renda". Oficinas abarcando temas como diversidade alimentar das comunidades quilombolas, soberania na produção e armazenamento de sementes tradicionais, geração de renda para o jovem no campo e políticas públicas para comercialização de alimentos, sementes e mudas serão realizadas com o intuito de prover melhorias na dinâmica de quem trabalha e sobrevive com a agricultura tradicional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2014

Brasília, 16 de julho de 2014.

A feira de trocas, propriamente dita, acontecerá no dia 23, na Praça Nossa Senhora da Guia, que contará com a participação de cerca de 20 comunidades quilombolas do Vale além de outros agricultores familiares e produtores agroecológicos do Estado de São Paulo.

Apresentações da cultura tradicional quilombola, como danças, cantorias e capoeira fazem parte da programação do evento, que vai oferecer também um almoço tradicional com produtos das roças quilombolas como arroz pilado, feijão, farinha de mandioca, verduras sem agrotóxicos, cará, mandioca e carne de porco.

Confira abaixo a programação completa:

Seminário " Sementes: soberania alimentar, cultura e geração de renda"

Quando: 22 de agosto de 2014 – 9h às 18h

Local: Salão Paroquial de Eldorado

7h30 às 8h45 – Café da manhã : Salão Paroquial de Eldorado

8h às 9h – Recepção e Inscrição: Salão Paroquial de Eldorado

9h às 9h30 – Abertura

9h30 às 12h – Oficinas ou Rodas de discussão temáticas

Oficina 1 – Gastronomia Quilombola

Oficina 2- Armazenamento das sementes e o papel dos guardiões

Oficina 3- Juventude e agricultura

Oficina 4- Políticas públicas de aquisição de sementes, mudas e alimentos

12h15 às 13h45-Almoço

14h às 16h – Apresentação dos resultados das conversas nas oficinas/rodas temáticas e debate em plenária

16hs – intervalo café

16h30 – 18h00 – Encerramento da plenária com Rodada de avaliação e Encaminhamentos

19h às 21h – Atividades Culturais

VII Feira de Troca de Sementes e Mudas Tradicionais dos Quilombos do Vale do Ribeira e V Feira Estadual de troca de Sementes

Quando: 23 de agosto de 2014 das 8h às 13h horas.

Onde: Praça Nossa Senhora da Guia, em frente a Câmara Municipal.

Centro- Eldorado-SP

Foto de capa: Claudio Tavares/Divulgação ISA

Cônsules dos EUA visitam o Itesp e se informam sobre quilombos

SÍTIO PORTAL FOLHA REGIONAL, 15.07.2014



São Paulo - Os cônsules americanos Kathryn Hoffman, para Assuntos Políticos, e David E. Arnold, para Assuntos Econômicos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, visitaram a sede da Fundação Itesp no dia 14 de julho, para conhecer melhor a atuação da instituição, em especial no que diz respeito às comunidades remanescentes de quilombos. A reunião foi solicitada pelos representantes dos Estados Unidos que se interessaram pelo tema e suas implicações no cenário nacional.

O diretor executivo do Itesp, Marco Pilla, falou aos cônsules sobre a história do Itesp e a política agrária e fundiária do Estado de São Paulo. Também explicou as políticas públicas aplicadas aos quilombos e aos assentamentos e deu informações sobre o modo de vida dos agricultores nessas comunidades. Participaram da reunião, a assessora para Assuntos Políticos do Consulado dos Estados Unidos da América (EUA) em São Paulo, Arlete Salvador, o chefe de gabinete Carlos Henrique Gomes, e a assessora especial para Quilombos, Andrea Aparecida Prestes João, ambos do Itesp.

Hoje, São Paulo tem 28 comunidades quilombolas reconhecidas, 21 estão localizadas no Vale do Ribeira, dessas, seis foram tituladas em terras estaduais. Nesses quilombos vivem mais de 1,3 mil famílias. A Fundação Itesp trabalha no reconhecimento de mais seis comunidades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2014

Brasília, 16 de julho de 2014.

Durante a reunião, o diretor executivo do Itesp também discorreu sobre o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Por ano, o Governo de São Paulo destina R\$ 100 milhões para a aquisição de alimentos para hospitais, escolas, presídios, instituições de amparo social, entre outros. Trinta por cento dos recursos são destinados à compra de produtos da agricultura familiar. Uma das vantagens é que os agricultores deixam de depender dos atravessadores para a venda da produção.



Brasil: movimento quilombola pode ser o maior programa do mundo de reparação pela escravidão

SÍTIO CEDEFES, 15.07.2014

Este artigo é o primeiro de uma série de duas partes sobre o movimento dos quilombos.

Quando Luiz Pinto estava crescendo, seus pais proibiam a família de falar sobre escravidão. O assunto trazia à tona memórias horríveis.

A avó de Pinto nasceu escrava. Antes do nascimento do neto, ela se jogou num rio, tirando a própria vida depois de ser estuprada pelo filho de um rico e branco dono de terras. Escravidão e racismo viraram temas tabu na casa dos Pinto, uma coleção de casas de tijolos alaranjados empoleiradas num morro do Rio de Janeiro de onde se vê a estátua do Cristo Redentor ao longe, por entre as árvores.

“Só a conheço por fotografias”, diz Pinto, um sambista de 72 anos.

Hoje, o legado da escravidão no Brasil toma muito do tempo de Pinto. Ele viaja pelo Estado do Rio de Janeiro e vai e volta de Brasília para defender os direitos de propriedade das pessoas que vivem em comunidades fundadas por escravos foragidos. Essas comunidades são conhecidas como quilombos. De acordo com a legislação brasileira, os moradores dos quilombos têm direito constitucional às terras ocupadas por seus ancestrais – e esse direito, apesar de raramente respeitado, está revolucionando silenciosamente as relações raciais do país.

No último ano, com os olhos do mundo voltados para o Brasil na expectativa da Copa, a mídia internacional fez ampla cobertura da desigualdade estarrecedora do país. As reportagens mostraram o enorme contraste entre a desolação das favelas e o brilho dos novos estádios. O que recebeu menos atenção foi o movimento dos direitos civis, que vem ganhando força em todo o país.

Entre os séculos 16 e 19, o Brasil importou mais escravos da África que qualquer outro país do continente. Em 1889, tornou-se o último país do Hemisfério Ocidental a abolir a escravidão. Hoje, há mais descendentes de africanos no Brasil do que em qualquer outro país, com exceção da Nigéria. As pessoas de cor são 51% da população brasileira, de acordo com o censo mais recente.

Como regra geral, os negros brasileiros moram em casas piores e vão para as escolas mais pobres. Eles têm os empregos que pagam os menores salários e ocupam uma parcela desproporcionalmente grande do quarto maior sistema prisional do mundo. Esse desequilíbrio, concordam em grande medida os intelectuais afro-brasileiros e os cientistas sociais do país, é resultado de uma discriminação racial que tem raízes na história escravocrata do país.

CONT.



Nunca houve no Brasil nada parecido com o movimento dos direitos civis americano ou a luta contra o apartheid da África do Sul. Mas o movimento dos quilombos, apesar de estar em sua infância, desafia a enraizada desigualdade racial brasileira. Ratificada em 1988, depois de duas décadas de ditadura militar, a Constituição afirma que os moradores de quilombos têm o direito de posse permanente e intransferível sobre as terras que ocupam – algo análogo às reservas indígenas dos Estados Unidos, menos o autogoverno.

Agora, mais de 1 milhão de negros brasileiros estão exigindo do governo o cumprimento da lei que lhes confere direitos sobre as terras. Entre eles estão Luiz Pinto e sua família, que resistiram a décadas de tentativas de despejo e conseguiram manter-se instalados em seu quilombo, conhecido como Sacopã, num bairro gentrificado há tempos por brasileiros mais brancos e mais ricos.

A situação no Brasil apresenta um contraste marcante com aquela dos Estados Unidos, onde, como apontou em maio o autor Ta-Nehisi Coates em um artigo de capa amplamente lido na revista *The Atlantic*, o Congresso repetidas vezes se recusou a passar uma lei que demandava um simples estudo público do impacto que teriam as reparações para os descendentes dos escravos. É impensável a ideia de que o governo dos Estados Unidos pudesse ao menos considerar a entrega de milhares de pedaços de terra para comunidades negras.

Da mesma maneira, poucos são os conservadores brasileiros que gostam da ideia. Muitos deles desdenham do movimento quilombola, que consideram uma afronta aos direitos de propriedade. Houve tentativas de derrubar a legislação na Justiça. E, apesar de propor a lei, o governo brasileiro demora tanto a entregar a posse das terras que muitos dos possíveis beneficiários se perguntam se um dia vão recebê-la.

Apesar do futuro incerto, os quilombos brasileiros contêm a semente do que pode muito bem vir a se tornar o mais ambicioso programa de reparações jamais posto à prova.

Palmeiras e grandes edifícios margeiam a rua de paralelepípedos que leva ao quilombo Sacopã. Carros novos da Kia e da Volkswagen estão estacionados na rua, enquanto SUVs mais valiosos ficam protegidos em estacionamentos. Com a exceção da família Pinto, virtualmente não há negros nessa região do bairro da Lagoa.

Houve uma época em que só negros moravam nas encostas do Sacopã, em casas improvisadas de bambu e barro. Os avós de Pinto chegaram na cidade por um rio com cerca de outros 150 ex-escravos, no fim do século 19, diz ele, e se estabeleceram com a população local, longe do movimentado centro da cidade, ao norte, e das áreas residenciais de classe média que os cercaria mais tarde.

“Os quilombos viraram favelas”, diz Pinto.

Construtoras trouxeram abaixo boa parte do Sacopã nos anos 1970, quando a crescente classe média e alta começou a se mudar para o bairro, fazendo disparar os preços da terra. As autoridades locais expulsaram ou realocaram virtualmente todos os negros, muitos dos quais eram considerados posseiros. O Sacopã ficou livre para a construção de prédios que viriam a

CONT.



ser ocupados por brasileiros mais ricos e de pele mais clara.

José Cláudio, sobrinho de Pinto, hoje tem 50 anos. Aos 12 ele viu pela primeira vez as autoridades ameaçarem expulsar a família do quilombo pois ela não podia comprovar a posse das terras. Dois carros da PM chegaram até a entrada da propriedade. Os policiais disseram que a casa seria demolida.

Um golpe de sorte impediu que a família fosse despejada. Por acaso, a advogada da família era casada com um oficial do Exército de alta patente. Na época da ditadura, que durou de 1964 a 1985, as ordens de um general tinham muito mais peso que uma pilha de documentos.

"Nunca vou me esquecer", disse José Cláudio ao Huffington Post. "O subtenente, ou quem quer que estivesse no comando, prestou continência para ele e ouviu: 'Ninguém vai ser despejado daqui'. Foi nossa primeira vitória."

A segurança da tênue ligação com o general durou apenas até o fim da ditadura. Em 1986, um ano depois da volta à democracia, os policiais voltaram ao Sacopã, dessa vez para ficar. Durante um ano, as autoridades mantiveram dois policiais na entrada do Sacopã. A cozinha ficou trancada, para que a família Pinto não fizesse festas.

"Eles nos acorrentaram aqui", diz José Cláudio, mostrando uma corrente enferrujada que ainda está presa na janela da cozinha. "Não podíamos fazer nada."

Quem visita o bairro hoje pode nem reparar nas casas da família, escondidas atrás de um alto prédio residencial. O único sinal é uma placa na rua atestando que a comunidade tem o status constitucionalmente protegido de quilombo.

A propriedade recebeu a certificação de quilombo em 2004, depois de um longo processo junto ao governo federal. Em vez de tentar expulsá-los, as autoridades agora garantem à família o direito de ficar, enquanto acontece o demarcamento da terra. Ainda assim, como é o caso da imensa maioria dos quilombos, a burocracia ainda os impede de ter em mãos o título das terras.

"Não acontece nada", diz Pinto. "Não avançamos quase nada nos direitos dos quilombolas."

Sem a propriedade formal das terras, a família vive no limbo, ainda ameaçada de despejo.

A maioria dos brasileiros associa a palavra "quilombo" ao passado, não ao presente. A palavra está em uso há séculos, desde a era colonias – do século 16 até 1825 –, quando assentamentos de escravos foragidos se espalharam pelo interior do país. O quilombo mais famoso, Palmares, chegou a ter 15 000 habitantes e durou quase cem anos, até ser destruído pelos portugueses em 1694.

Apesar de o termo ter caído em desuso no começo do século 20, nos anos 1950 defensores de um nascente movimento pelos direitos dos negros começaram a ressuscitá-lo.

CONT.



O poder simbólico do quilombo chamou a atenção da ex-deputada Benedita da Silva. Em 1986, depois do fim da ditadura militar, ela foi uma dos 11 negros (entre 594 congressistas) eleitos para participar da nova Assembleia Constituinte. Ela conseguiu convencer um Congresso majoritariamente branco a deitar as fundações da legislação atual.

Segundo a lei de Benedita da Silva, os membros dos quilombos são donos das suas terras. Eles não pagam aluguel, e ninguém, não importa o quão rico, pode legalmente expulsá-los (com a exceção do governo federal, que hoje luta contra pelo menos dois quilombos certificados cujas demandas territoriais incluem uma base naval e uma estação espacial).

A chave do sucesso da lei de Benedita foi a escolha de palavras inócuas. Ela especifica que descendentes dos quilombos têm direito de posse permanente das terras que ocupam. Mas o termo "quilombo" ficou sem definição legal durante anos, dando a entender que as comunidades teria de ser capazes de provar sua ligação direta com os assentamentos de escravos foragidos. Muitos dos que votaram a favor da lei provavelmente viram na decisão um gesto simbólico, que afetaria apenas um punhado de comunidades.

Mas não foi isso o que aconteceu. Em 2003, o governo de esquerda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva expandiu a definição legal do termo "quilombo" com um decreto presidencial que caracterizou os descendentes como uma etnia. Segundo as leis brasileiras, as pessoas podem definir sua própria etnia para fins de política social. Com a nova regra de Lula, virtualmente qualquer comunidade negra poderia se certificar como quilombola, se assim quisesse a maioria de seus integrantes.

Em 2003, ano do decreto, havia 29 quilombos reconhecidos no Brasil. Em 2013, o número chegou a 2 400, ou mais de 1 milhão de pessoas, com centenas de outros pedidos de certificação pendentes.

O governo certificou quilombos em 24 dos 26 Estados, do norte tropical ao sul industrializado. Há quilombos de milhares de habitantes e outros que são compostos por algumas poucas famílias. Há quilombos em cidades, em ilhas e na floresta amazônica. As terras que esses quilombos reivindicam equivalem a 17 800 quilômetros quadrados, de acordo com o governo federal, uma área quase do tamanho do Estado de Sergipe.

Questionada se sabia que sua ideia seria aplicada de forma tão extensa, Benedita diz que essa sempre foi a intenção.

"É claro – é para isso que estamos trabalhando", disse ela ao HuffPost. "[O artigo] não nasceu porque eu estava na Assembleia Constituinte. Ele nasceu porque existia e ainda existe um movimento negro que inclui acadêmicos, quilombolas, universidades – todos dedicados a fazer valer os direitos à terra dos negros."

Mas o governo brasileiro tem dado poucos sinais de que vai entregar logo os títulos de posse prometidos pela Constituição. Itamar Rangel, do Incra, agência federal responsável pelos títulos de posse, diz que os constantes atrasos se devem à necessidade de negociar acordos e indenizações para os proprietários das terras. "A lei brasileira defende o direito de propriedade

CONT.



de todos os cidadãos”, disse Rangel ao HuffPost. “Fazer cumprim essa lei não vai ser barato.”

Até este ano, somente 217 quilombos receberam seus papeis. No ano passado, apenas três documentos de posse foram entregues, e outros três no ano anterior – os números mais baixos desde 2004.

“O movimento quilombola está pouco preparado”, diz José Arruti, antropólogo da Unicamp e estudioso dos quilombos. “As comunidades começaram a se organizar e a entender o jogo político faz muito pouco tempo.”

Guitarrista e cantor com vários discos gravados, Pinto herdou a vocação de seus pais. Seu pai tocava cavaquinho, e as músicas que sua mãe cantava quando estendia as roupas para secar estão gravadas em sua memória.

“Ela era uma artista doméstica”, diz Pinto sorrindo, ao se lembrar de uma música que sua mãe compôs sobre a chegada do homem à lua, em 1969. “Tenho várias outras músicas dela no repertório que eu toco nos meus shows. Ela não tinha coragem de gravar.”

A música ajuda na luta de Pinto de diversas maneiras. Para receber a certificação de quilombo, toda comunidade tem de passar por um processo de várias etapas, que envolve três órgãos estatais, além de um estudo realizado por cientistas sociais que documenta as características históricas e culturais específicas dos quilombos. Para os pesquisadores que prepararam o relatório antropológico do Sacopã, em 2007, a música é uma dessas características.

“Me dá muita força nessa luta”, diz Pinto. “No palco você é ouvido por milhares de pessoas, então consegue explicar sua situação.”

O coração do quilombo da família Ponto é um espaço no meio das casas. Ali os adultos se reúnem, as crianças brincam e a comida é servida em mesas de plástico com o logotipo da cerveja Itaipava. Alguns dos nomes mais famosos da música brasileira, como Zeca Pagodinho e Beth Carvalho, já se apresentaram nas festas mensais que aconteciam no Sacopã.

Nos últimos anos, porém, o governo tem proibido essas festas. Os vizinhos dos prédios reclamaram do barulho, e o estacionamento improvisado que a família montava para arrecadar um dinheiro extra desrespeitava as leis de zoneamento do bairro, que impedem atividades comerciais.

O espaço que abrigou nomes famosos do samba carioca agora está ocioso, animado só quando os 28 integrantes da família se sentam para comer a feijoada dos sábados.

Pinto diz que a lei de zoneamento que favorece os vizinhos mais ricos é injusta. “O argumento que sempre usam é que essa é uma área residencial”, diz ele. “Então não podemos fazer essas coisas. Mas tem padaria, tem bar. É um jeito covarde de nos desestabilizar, para que eles possam nos expulsar.”

O ex-senador Demóstenes Torres, do DEM, criou controvérsia em 2010 ao dizer que a história
CONT.



de mistura racial brasileira é “bonita” e ao negar que mulheres negras tenham sido estupradas durante a escravidão, apesar dos registros históricos (o próprio Torres tem ancestrais africanos e europeus).

As declarações de Torres, apesar de imprecisas, apontam para algumas crenças comuns no país. Como os Estados Unidos, o Brasil construiu suas primeiras riquezas nas costas dos escravos africanos. Mas, historicamente, relacionamentos interracializados sempre ocorreram com mais frequência no Brasil que nos Estados Unidos. Hoje, o Brasil é uma sociedade amplamente mista, onde os termos “branco” e “negro” têm significados diferentes dos dos Estados Unidos.

Como os latinos nos Estados Unidos, os afro-brasileiros veem raça num espectro no qual a cor da pele é medida pela gradação. Em 1976, quando o censo permitiu pela primeira vez que as pessoas definissem sua raça, em vez de escolher entre quatro opções – branco, negro, amarelo (asiático) e pardo – os brasileiros ofereceram 135 termos diferentes para descrever a cor de sua pele. Os tons levavam nomes como “castanho”, “branco escuro”, “normal” e incluíam descrições como “índio negro”, “canelado”, “azul marinho” e “torrado”.

A família de Pinto tem vários tons de preto, com membros mais escuros, como Luiz, e outros de pele mais clara, como José Cláudio – que, apesar disso, se identifica como negro.

“Minha mãe casou com um branco”, diz José Cláudio. “Então às vezes os brancos dizem: ‘Ah, aquele cara negro’. Eles não sabem que sou negro.”

A mistura de raças generalizada dá sustento à ideia, popular entre muitos, de que o país é uma “democracia racial” na qual todas as etnias convivem harmonicamente.

Cientistas sociais e intelectuais afro-brasileiros, por outro lado, há muito descrevem essa ideia como “pensamento positivo”, apontando para um número cada vez maior de estudos socioeconômicos e estatísticas.

Segundo o censo de 2011, o mais recente, cerca de 51% dos brasileiros se identificam como negros ou de raça mista – termos que as agências governamentais costumam agrupar como simplesmente “negros”. Entre os 10% mais pobres, 72% são negros, de acordo com um estudo de 2012 do Instituto de Economia Aplicada, o Ipea.

Um outro estudo da entidade, de 2013, apontou que 70% das vítimas de homicídio são negras e outro estudo de 2010 indica que 60% da população das cadeias é negra.

A realidade pode ser ainda mais cruel do que sugerem os números. Uma pesquisa reveladora de 2011 realizada com 2500 brasileiros, liderada pelo sociólogo Edward Telles, pediu aos participantes que identificassem suas raças e os níveis de escolaridade e de renda domiciliar. Ao mesmo tempo, sem que os participantes soubessem, o pesquisador usava uma tabela com 11 tons, do branco ao preto, para identificar a cor da pele dos que responderam a pesquisa.

Quando ordenados pelas raças identificadas pelos próprios participantes, os resultados foram inconclusivos. Os brancos tinham situação econômica melhor, mas havia muita variação nos

CONT.



níveis educacionais e econômicos dos brasileiros de cor. Quando os dados eram organizados de acordo com a observação dos pesquisadores, porém, surgiu um padrão claro de desigualdade: quanto mais escura a pele, mais baixos os níveis de educação e renda.

"A discriminação é bem clara", diz Telles. Ele explica que, apesar de o Brasil nunca ter passado pela segregação explícita dos Estados Unidos, a história de escravidão moldou uma sociedade em que o racismo se revela socioeconomicamente. "Você não acharia que o país tem tantos negros se só olhasse para a publicidade e para quem está na TV, a menos que esteja assistindo futebol. Se você olhar para as pessoas nas arquibancadas durante a Copa, quase todas são brancas. Como isso se compara com aquelas que estão em campo?"

Tudo isso é óbvio para José Claudio. "Quando alguém vê um negro num carro importado, pensa: 'Deve ser jogador de futebol ou cantor!'", diz ele. "O que sobrou para os negros foi esporte e música. Ninguém pensa: 'Esse cara deve ser médico. Talvez advogado, piloto'."

Essas pesquisas, porém, ainda não convencem a direita brasileira de que reparações são o caminho para tratar do racismo. Em 2004, políticos que mais tarde formariam o DEM processaram o governo Lula para tentar derrubar o decreto que estabeleceu os quilombolas como uma etnia, acusando o presidente de ter passado por cima do Congresso. (Um deputado do DEM que não quis ser entrevistado para essa reportagem afirmou que o partido já não considera a questão uma prioridade.)

No verão de 2010, a lei chegou ao Supremo Tribunal Federal, onde espera uma decisão desde então. O suspense pesa como uma bigorna sobre gente como a família Pinto. Enquanto isso, a certificação de quilombos e os documentos de posse continuam a caminhar lentamente. Mas uma derrubada do decreto de Lula provavelmente os anularia, destruindo o movimento do dia para a noite.

Avista do Cristo Redentor é muito melhor do apartamento de Ana Simas, no quarto andar de um prédio no pé do morro. Uma psiquiatra de pele clara e cabelo moreno na altura do ombro, Simas mora na Lagoa desde que nasceu, em 1952.

Ela parece uma adversária improvável da família Pinto em sua luta pelos direitos das terras. Simas se orgulha de ser politicamente progressista. Ela acredita que o racismo permeia a sociedade brasileira. E ela conhece a família há décadas. Em 1989, quando ela se casou com seu hoje ex-marido, um sambista chamado Jorge Simas, a festa do casamento foi na casa da família Pinto, no Sacopã.

Mas a amizade começou a se esgarçar em 1999, ano em que Simas foi eleita presidente da associação de moradores. Logo depois de assumir a nova posição, Pinto foi à sua casa e pediu que ela prestasse uma declaração à Justiça apoiando a reivindicação da família, com base na Lei de Terras, que era o recurso usado na época como defesa contra as tentativas de despejo.

Simas se recusou. "Foi a primeira vez em anos de amizade que senti algo estranho no comportamento dele", diz ela. "Não sou eu quem vai decidir se a terra é dele. Ele é que tem de provar que é dono da terra, e o juiz é quem vai decidir."

CONT.



Ao se informar mais sobre o caso, ela encontrou mais motivos para ser contra a reivindicação da família. Pinto quer posse de uma área designada como área de proteção, que Simas chama de "o pulmão da zona sul". Em 2005, a associação de moradores juntou-se a um processo movido pelo Ministério Público contra a família Pinto e outros ocupantes das terras, acusando-os de danos ambientais.

Simas começou a duvidar se o Sacopã era mesmo um quilombo. "Nunca vi um quilombo de uma só família", diz ela. "Todos os outros quilombos de verdade, como o Jongo da Serrinha, têm muitas famílias, não uma só."

Curiosa sobre as origens do Sacopã, ela procurou a certidão de casamento dos pais de Pinto. "Nenhum dos dois nasceu ali", diz ela, mostrando uma cópia do documento, que identifica o local de nascimento de ambos no subúrbio de Nova Friburgo. "O que eles estavam fazendo num quilombo aqui se são de Nova Friburgo?"

Simas não é a única a questionar o que é, afinal de contas, um quilombo. Apesar de a lei brasileira dar mais importância à cultura de um grupo do que à sua história, essa ideia ainda tem de chegar à maior parte da população.

Claudio Girafa é um engenheiro civil de 57 anos, branco, que vai ao bairro de Pinto nos finais de semana para assistir jogos de futebol no apartamento do irmão. Ele diz que é importante que os quilombos provem suas raízes históricas. "Há muitos questionamentos sobre se [o Sacopã] realmente era um quilombo", diz ele. "Não sou contra a preservação dos quilombos, em princípio, mas acho que tem de ser bem provado, pois afeta propriedades que foram compradas mais tarde."

Os pesquisadores responsáveis pelo relatório antropológico de 2007 que confirma o status de quilombo do Sacopã sabiam que os pais de Pinto nasceram em Nova Friburgo. O casal levou uma vida itinerante, de cidade em cidade, de fazenda em fazenda, em busca de trabalho. No final dos anos 1920 eles se estabeleceram no morro da Lagoa, onde a família está até hoje. O pai de Pinto foi um dos que trabalharam na construção da Rua Sacopã, a rua que sobe a encosta.

Mas Pinto diz que seus avós já estavam naquela área desde aproximadamente o fim do século 19, buscando abrigo em uma caverna que fica dentro do território do quilombo. E, apesar de os pesquisadores não terem sido capazes de documentar a presença da família ali antes dos anos 1920, eles escrevem no relatório que as histórias familiares "nos parecem muito prováveis do ponto de vista da ciência histórica".

O que importava para os antropólogos era a memória coletiva da família, que apontava a existência de uma identidade de grupo formada por uma história de fuga da escravidão – uma etnia quilombola.

A importância desse tipo de identidade de grupo pode escapar aos brasileiros que não têm interesse direto na questão dos quilombos. Como muitos brasileiros, quando questionado se o Brasil é um país racista, Girafa diz que não. Mas ele acredita que programas como o de

CONT.



reparação aos quilombolas só exacerbam as tensões raciais, porque cometem injustiças contra os brancos. "Ainda existe discriminação, sim", diz ele. "Mas o que estão fazendo só piora as coisas."

Pinto vê as coisas de outro ponto de vista. Para ele, o racismo não é só ser visto com desconfiança nos bairros ricos, ou ter de entrar pela porta de serviço porque as pessoas acham que ele é um empregado – humilhações que muitos negros brasileiros dizem já ter sofrido.

Racismo, para Pinto, significa que seus ancestrais foram escravos e que, ao serem libertados, foram vítimas. Sua avó foi estuprada. Seus pais tiveram de morar na favela. O racismo significa que seus pais transformaram a favela em um lar, do qual as autoridades tentaram despejá-los porque os brancos queriam morar ali.

"O racismo no Brasil é institucional", diz Pinto. "Está em todo lugar. É difícil confrontar."

De sua parte, Pinto espera que o movimento quilombola jogue luz sobre as desigualdades raciais do país. Ele diz que está decepcionado com baixa adesão de afro-brasileiros nos protestos contra os gastos com a Copa, que foram em sua maioria liderados por brancos de classe média.

"O movimento quilombola ainda é muito tímido", diz Pinto. "Somos praticamente invisíveis para a sociedade. Se não dermos as caras nas ruas, nos protestos, vamos ser esquecidos. Já nos esqueceram."

Sua família protesta resistindo às ameaças de despejo e recusando ofertas de milhões de reais para deixar o lugar que sempre chamaram de sua casa.

Mas Pinto se sente invisível em seu próprio bairro. Numa recente caminhada com seu neto, eles pararam numa praça para descansar. Pinto diz que eram os dois únicos negros ali.

"Eu sinto o racismo com muito mais força porque estamos num lugar onde só vive gente com dinheiro, e gente com dinheiro é branca", diz ele. "O que eu entendo muito bem é que somos negros em um lugar reservado para brancos."

Esse projeto foi possível graças à bolsa do Social Justice Reporting for a Global America, do International Center for Journalists

Fonte: <http://www.geledes.org.br/>



Parceria entre ONU e Brasil estimula inclusão social de comunidades quilombolas
SÍTIO CIDADE NOVA, 15.07.2014

Projeto permitirá regularização fundiária dos territórios quilombolas a partir de banco de dados cartográfico dos territórios homologados

por ONU Brasil

Um projeto para a regularização fundiária dos territórios quilombolas permitirá a essas comunidades ter acesso aos direitos de cidadania, beneficiando-se de políticas públicas e realizando projetos com o governo e a sociedade civil. A iniciativa, intitulada Quilombos Sustentáveis, é fruto de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Fundação Ford e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), vinculada à Presidência da República, em apoio ao Programa Brasil Quilombola.

“A parceira do PNUD com a SEPPIR abre possibilidades

para que o Brasil crie o que chamo de uma segunda geração de políticas de inclusão”, disse Luiza Bairros, ministra da SEPPIR, reafirmando o compromisso com os objetivos do projeto “Quilombos Sustentáveis”, cujos primeiros passos foram dados em 2013, na busca de soluções para desafios sociais, econômicos e ambientais das comunidades quilombolas.

Em 2013, a compilação de dados nacionais e estaduais permitiu a consolidação de um banco de dados cartográfico dos territórios quilombolas já homologados. Foram identificados 65 territórios, sendo que oito apresentavam pendências na precisão da demarcação de suas áreas. Com o apoio do IBGE, o projeto contou também com a realização do “Mapa da Distribuição Espacial da População Segundo a Cor ou Raça – Pretos e Pardos – Brasil”.

Entre outras atividades, realizou-se o levantamento junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) sobre o acesso das comunidades quilombolas a mercados institucionais de escoamento de produtos agrícolas e a realização de 13 oficinas de formação sobre a Convenção 169, que trata especificamente dos direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Quilombolas da Comunidade Kalunga do Mimoso recebem orientações

SÍTIO DEFENSORIA PÚBLICA/TO, 15.07.2014

Servidores e Membros da Defensoria Pública do Tocantins estiveram na Comunidade Kalunga do Mimoso, localizada no município de Arraias, para orientar, fazer acompanhamento sobre as demandas locais e mediar pequenos conflitos existentes.

A Defensoria Pública vem acompanhando os Quilombolas daquela localidade desde 2012, onde já foram oficiadas as Instituições Públicas no sentido de resolver as demandas essenciais da comunidade, a exemplo de fornecimento de água, energia elétrica, escolas, transporte, estradas, serviços médicos e odontológicos e o principal a regularização da área em que vivem.

Em relação à escola, os moradores relataram que as obras da Unidade Escolar Pólo estão paradas e enquanto isso as crianças e adolescentes tem que andar por quilômetros e ainda frequentar um espaço pequeno, sem energia elétrica, água tratada e nem banheiros. E que nos próximos dias o horário das aulas será somente pela manhã, pois a tarde não tem como devido ao calor e o período seco.

A estrada principal está bem melhor, mas o trabalho não foi estendido para os trechos vicinais e com isso há locais que carros e até mesmo o ônibus escolar não tem acesso. Essa melhora possibilitou que fosse colocada uma linha que três vezes por semana leva os moradores até a cidade de Arraias.

A questão da saúde ainda está deficitária. No período de um ano e três meses só aconteceu uma visita de um único médico, e o atendimento odontológico prometido ainda não foi realizado.

Em relação ao dinheiro doado pela Enerpeixe S.A. para ser revertido em benefício da comunidade, foi decidido o modelo e a marca da beneficiadora de arroz a ser comprada, bem como definido o local onde deverá ser instalada, faltando agora a construção do galpão para alojar o equipamento, bem como o treinamento, regulamentação de uso e os responsáveis pela administração da máquina.

Os defensores público Hud Ribeiro e Pedro Alexandre Conceição Aires repassaram aos quilombolas tudo o que foi feito para resolver os problemas da Comunidade, checando se tudo o que foi informado via ofício pelos órgãos públicos havia sido solucionado e as demandas ainda em aberto serão cobradas das Instituições responsáveis.

Os Defensores Públicos ainda promoveram um acordo entre vizinhos que entraram em conflito por conta de demarcação de área e colocação de uma cerca. Um das partes alegava que estava no local errado, a outra dizia que não. Depois de muita divergência e intermediações, as duas partes entenderam a necessidade de buscar o entendimento que será feito através de documento onde ficarão discriminadas as modificações a ser feitas, bem como as regras de boa

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2014

Brasília, 16 de julho de 2014.

convivência entre eles.

Ainda como encaminhamento, a Defensoria Pública deverá marcar uma reunião com a Ruraltins em busca de solucionar a falta de orientação técnica existente no local, que ajudaria bastante a comunidade no plantio de culturas de subsistência e até mesmo de produção para geração de renda.

Texto: Alessandra Bacelar



Cinco mil ribeirinhos acreditam na união de comunidades

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 15.07.2014

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Para enfrentar os grandes desafios das comunidades ribeirinhas, cerca de cinco mil moradores das margens do Rio Madeira têm apostado na união e organização comunitárias. Com apoio do Programa Bolsa Floresta Social (PBF), capitaneado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), a reserva tem recebido importantes investimentos para a melhoria de qualidade de vida, fruto de decisões coletivas incentivadas pelo Programa. Na última semana de junho, uma grande missão apoiada pela farmacêutica EMS partiu de Manaus, entregando equipamentos voltados à geração de energia elétrica e melhoria na distribuição de água para 35 comunidades isoladas da reserva.

A missão entregou tubulações, reservatórios para armazenamento, além de nove motores-bomba para captação e distribuição de água em 19 comunidades distantes dos grandes centros.

“Essas ações de implementação do Bolsa Floresta são uma forma de melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos, por serem os principais atores na conservação da biodiversidade, conforme termo assinado junto ao Programa”, explica o coordenador da Regional Madeira da FAS, Doney Vitor.

Outras sete comunidades receberam grupos-geradores de energia elétrica de acordo com a necessidade de cada região. Além disso, nove comunidades receberam materiais de construção e mobília para construção de centros sociais que são espaços importantes para organização social e empoderamento local, fruto de demandas ribeirinhas: a metodologia de implementação do Bolsa Floresta envolve os comunitários na decisão cada investimento.

“Todo ano o PBF se desloca para a reserva, fazendo oficinas para entender os anseios dos comunitários. Eles opinam e decidem qual é o melhor tipo de investimento a ser feito, de acordo com as necessidades de cada região”, finaliza Doney.

A RDS Rio Madeira possui uma área de 283.117 hectares de floresta nativa, onde residem 3.673 pessoas cadastradas no Programa Bolsa Floresta. Ao todo, são 1.025 famílias beneficiadas com melhoria de qualidade de vida, geração de renda e ações de fortalecimento comunitário.



Urbanização da Beira Rio de Floriano beneficiará bairros ribeirinhos

SÍTIO EMANCHETE, 15.07.2014

A urbanização da Avenida Beira Rio em Floriano já está em andamento. Ao todo, a urbanização possui 3,10 quilômetros e além da pavimentação asfáltica e construção de um canteiro central, a avenida ganhará quiosques, restaurante, academia e ciclovia, se tornando assim, um novo espaço de esporte e lazer para os cidadãos. Na obra estão sendo investidos R\$12.064.448,57.

A obra é uma iniciativa da Secretaria Estadual de Transportes (Setrans) e faz parte do programa de mobilidade urbana do Estado. O diretor de Transportes Modais da Setrans, Osvaldo Leôncio, afirmou que a principal função da urbanização da Beira Rio é a proteção dos bairros ribeirinhos que sofriam todos os anos com as enchentes.

“A urbanização da Beira Rio, além de ter o objetivo de se transformar numa nova área de lazer, também tem a função de prevenção de enchentes dos bairros ribeirinhos, que sempre sofrem com as chuvas, pois a urbanização funcionará como um dique de proteção contra enchentes”, afirmou o diretor.

Osvaldo Leôncio afirmou ainda que a obra trará mais mobilidade no trânsito da cidade, onde unirá o anel viário de Floriano até a saída para o Maranhão.

“A obra servirá também como uma forma de desafogar o trânsito, trazendo mais mobilidade urbana. Vamos unir desde o anel viário até a saída da cidade para o estado do Maranhão, isso passando pelo centro de Floriano. É uma obra de grande importância para a cidade e para o Estado como um todo” finalizou.

Fonte: CCOM

Jornalista: Da Redação

Índios falam em atraso na mudança a casa popular; Governo do RJ nega
SÍTIO G1, 15.07.2014

Famílias moravam ao lado do Maracanã e aguardam em local provisório. Secretaria diz que algumas famílias faltaram a sorteio de imóveis.

Guilherme Brito Do G1 Rio



Famílias indígenas dizem que estão sendo pressionadas a receber outras que ainda não ganharam as chaves (Foto: Guilherme Brito/ G1)

Muitas famílias indígenas que moravam no antigo Museu do Índio, no Maracanã, Zona Norte do Rio, e que serão reassentadas no Conjunto Habitacional Zé Ketí, construído no lugar do antigo presídio Frei Caneca, no Estácio, Zona Norte do Rio, estão insatisfeitas com a demora na mudança. O índios falam em burocracia, atraso e falta de comunicação. A Governo do Estado nega e diz que as famílias que cumpriram o que foi acordado e estão com documentação aprovada já estão com os apartamentos.

Segundo a Secretaria de Habitação, das 20 famílias que seriam contempladas, nove já estão com as chaves. Seis não compareceram ao sorteio para distribuição dos imóveis, e receberam a oportunidade de um novo sorteio, nesta quarta-feira (16), às 14h, na Rua da Ajuda. Outras quatro tiveram dossiês encaminhados à Caixa Econômica Federal para aprovação de documentação. Uma delas teve a documentação rejeitada, por constar na Caixa que já possui um imóvel em Goiânia. A família vai recorrer da decisão.

CONT.



Outras duas foram incluídas em uma segunda etapa no programa e também ganharão apartamentos no conjunto habitacional, no bloco 15. A documentação destas duas foram encaminhadas para a Caixa.

Muitos índios se recusam a sair definitivamente de Jacarepaguá, local provisório das famílias, antes de receber as chaves no Zé Ketí. Segundo eles, a documentação é feita com intermédio da Caixa Econômica Federal e mediante várias etapas e assinaturas de documentos. Os índios dizem também que estão sendo pressionados a deixar o espaço cedido pela Secretaria de Direitos Humanos, a Aldeia Curupati, na Zona Oeste, o mais rápido possível.

“A Secretaria de Direitos Humanos quer que os índios saiam da Aldeia Curupati até hoje [segunda-feira], mas só nove famílias receberam as chaves dos apartamentos. Enquanto isso, eles querem que as pessoas que já tem casa recebam os que não tem. Mas não dá, as casas não são grandes para isso”, argumentou Garapira, índio da tribo Pataxó, que já habita o local desde a última sexta-feira.

Secretaria nega

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos nega a informação sobre qualquer tipo de pressão exercida pela para a saída dos índios e diz que mantém contato permanente com os indígenas para tratar da mudança, ainda sem prazo determinado.

No prédio, muitos dos que moram já abrigam parentes que estão na fila de espera. A índia Patxia, também da tribo Pataxó, é uma dessas pessoas que está morando de favor. Apesar da burocracia, ela não reclama das condições do espaço e disse que é bom ter um edifício dedicado às famílias indígenas.

“É bom colocar todo mundo junto. A gente pode conviver com mais liberdade, do nosso jeito. Até porque em Jacarepaguá nós estamos em containers, sem espaço para os nossos costumes”, explicou.

Sustento das famílias

Cada bloco tem 5 andares, 20 apartamentos, cada um com 60 m², dois quartos, cozinha e banheiro. As obras foram bancadas pelo programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, em parceria com o estado do Rio. As instalações de gás e luz estão prontas, mas cada morador deve arcar com a compra e instalação do botijão de gás e da parte elétrica, que está com fios aparentes.

O índio Garapira disse que, desde que a o que eles chamam de Aldeia Maracanã foi desfeita, o sustento das famílias vem sendo prejudicado. Ele espera a conclusão das reformas no edifício da Zona Norte, prevista para 2016, para voltar a ganhar dinheiro com o artesanato e a cultura deles por lá.

CONT.



"A gente morou na aldeia desde 2006. Quando chegamos, o local estava tomado por usuários de drogas e muito do patrimônio indígena que estava lá foi roubado, quebrado ou ficou sem conservação. Nós conseguimos recuperar e transformar em um local onde fazíamos o nosso artesanato e vendíamos para as pessoas, além de promover palestras sobre a nossa cultura para turistas", explicou.

Desde então, segundo ele, os índios têm tentado comercializar o artesanato confeccionado nas ruas da cidade. Um dos pontos seria no posto 4 da Praia de Copacabana, Zona Sul, local que teria sido cedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para essa prática. Guarapira disse que eles são frequentemente repreendidos pela Guarda Municipal e confundidos com camelôs.

"Os guardas municipais sempre tiram a gente de lá, mesmo a gente mostrando o documento da Funai. Eles dizem que no Rio quem determina isso é a Guarda Municipal e não a Funai. Aí tentamos vender em outros lugares, mas sempre sem liberdade", contou.

Outra forma de subexistência, segundo ele, é promover feiras em escolas e universidades, onde os índios ensinam seus costumes, recebem donativos e vendem suas obras.

Em nota, a Guarda Municipal afirma que os índios que possuem autorização da Funai não são impedidos de vender seus produtos na orla de Copacabana. Segundo a GM, os agentes atuam para garantir a desobstrução do espaço público ocupado pelo comércio ambulante irregular e somente pessoas flagradas vendendo produtos sem autorização têm suas mercadorias apreendidas.

Vinda para o Rio

No local há índios de diversas etnias e que vieram para o Rio de diversas partes do país. A tribo Pataxó, proveniente da Bahia, é uma das mais comuns nas instalações do bloco 15. Além deles, há também famílias da tribo Guajajara, oriunda do estado do Maranhão. Tanto para uma tribo quanto para outra, o motivo da vir para a cidade é propagar a cultura dos ancestrais e preservar o espaço da Aldeia Maracanã.

"Já tinha parentes aqui e resolvi vir para ajudar a preservar a Aldeia Maracanã, que tem significado grande para nós, foi a primeira aldeia indígena preservada no Rio. No início foi difícil se acostumar com a cidade grande, já que morava em uma aldeia em Arraial da Ajuda, na Bahia", disse Patxia.

O índio Tcharry Guajajara contou que deixou estudos no Maranhão para morar na aldeia, em 2006. "Estava fazendo faculdade de Assistência Social lá, mas morava em aldeia. Vim para o Rio para morar na Aldeia Maracanã", disse ele, que também espera pela chave de uma unidade no bloco 15.

Passo a passo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2014

Brasília, 16 de julho de 2014.

De acordo com a Secretaria de Habitação, o primeiro passo para habilitação é o NIS – Número de Inscrição Social. Todos foram examinados e os que estavam com problemas foram resolvidos. Depois a documentação é enviada para a CEF que verifica se a renda está dentro do programa, se os dados estão corretos e se enquadram nas diretrizes da lei nº 11977/2009 - que estabelece os critérios de atendimento do programa federal.

Uma vez que os cadastros dos candidatos são aprovados pela CEF, as famílias são convocados para o sorteio das unidades e podem se mudar.

'Meio sem jeito, mas valeu', diz índio sobre dança alemã na final da Copa
SÍTIO PORTAL AZ, 15.07.2014



Foi com muito orgulho e alegria que a Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, localizada em Santa Cruz Cabraliano, sul da Bahia, assistiu à comemoração dos alemães após o título da Copa do Mundo. Durante a celebração realizada após a vitória contra a Argentina, os jogadores fizeram uma dança inspirada nos rituais dos índios pataxó, movimento que eles aprenderam quando estiveram em contato com a comunidade na Bahia.

Segundo o cacique Zeca Pataxó, a dança se chama "anguaré" e é tradicionalmente realizada para celebrar conquistas. Ela foi ensinada pelos índios no dia 9 de junho, durante o primeiro treino da Alemanha na região. "Foi um pouco difícil ensinar porque eles não entendiam direito, nós tínhamos que puxar, ensinar como pisar", conta. Com bom humor, o índio aprovou o movimento dos alemães. "Ficou meio sem jeito, mas valeu a intenção deles. Eles se saíram bem e é isso que importa", elogia.

Zeca Pataxó conta que toda a comunidade indígena torceu para a Alemanha na final, símbolo de uma relação de afetividade construída ao longo do Mundial. "Ontem a gente assistiu ao jogo com todo mundo vestido de camisa Alemanha. Alguns estavam vestidos com camisa do Flamengo [que se assemelha ao segundo uniforme alemão] e mostra que nós torcíamos mesmo para eles. Antes do jogo, fizemos uma oração para que eles tivessem força e pudessem ser campeões. E tudo deu certo graças a Deus", comemora.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2014

Brasília, 16 de julho de 2014.

Contato

Durante o período em que a Seleção da Alemanha esteve em Santa Cruz Cabrália, os índios da Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha chegaram a interagir alguns minutos com os jogadores e até puderam acompanhar uma coletiva de imprensa. Na ocasião eles usaram usaram o fone de ouvido com a tradução para o português.

A aldeia também recebeu cheque de 10 mil euros (cerca de R\$ 30 mil) da Federação Alemã de Futebol (DFB), que será usado para a compra de um carro que ajudará no atendimento médico à comunidade.

G1



Deputado elogia médicos que romperam lacre para salvar índio baleado

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 15.07.2014

O Centro Cirúrgico da Unidade Mista de Saúde de Cacoal estava lacrado pelo Conselho Regional de Medicina de Rondônia – Cremero, devido a uma falha na escala de médicos anestesistas, que ainda não havia sido solucionada.

Afirmando que uma vida não poderia ser perdida havendo possibilidade de ser salva, os médicos Cláudio Queiroz e Neila Witt Silva, romperam os lacres do centro cirúrgico da Unidade Mista de Saúde de Cacoal e realizaram uma cirurgia no índio Valmir Suruí, que estava em estado crítico, prestes a morrer, vítima de tiro de arma de fogo. A medida tomada pelos médicos foi elogiada pelo deputado Lebrão (PTN) que disse ser inadmissível uma unidade de saúde estar com o centro cirúrgico fechado somente por causa de problemas com pessoal.

O fato aconteceu no último sábado, por volta das 23 horas, quando dois índios, Valmir Suruí e outro não identificado, chegaram na unidade mista, trazidos por seus companheiros. Em uma caçada, acidentalmente foram baleados e imediatamente levados para a cidade.

O Centro Cirúrgico da Unidade Mista de Saúde de Cacoal estava lacrado pelo Conselho Regional de Medicina de Rondônia – Cremero, devido a uma falha na escala de médicos anestesistas, que ainda não havia sido solucionada.

Segundo o deputado Lebrão, a atitude corajosa dos médicos Cláudio e Neila, ela sendo diretora da unidade, deveria servir como parâmetro para outros médicos, já que atitudes arrojadas como esta salvam vidas e demonstra que às vezes, o sistema emperra por falta de determinação em fazer.



TRF3 permite que Kadiwéus permaneçam em área demarcada no Mato Grosso do Sul
SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 15.07.2014

Em recente decisão, a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), por unanimidade, determinou provisoriamente a permanência de índios da etnia Kadiwéu em terras demarcadas, tradicionalmente por eles ocupadas, determinando, ao mesmo tempo, multa a ser paga pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), se os ocupantes indígenas invadirem terras privadas que se limitam com a área demarcada ou impedirem o livre trânsito dos proprietários em suas respectivas terras.

A decisão do colegiado foi dada em recurso de agravo de instrumento que pretendeu cassar medida liminar dada em primeiro grau a autor de ação de Interdito Proibitório destinado a reintegrá-lo na posse de um imóvel descrito como Estância Amaralina, no estado de Mato Grosso do Sul. O juízo de primeiro grau determinou a expedição de mandado proibitório, ordenando aos réus, indígenas representados pela FUNAI, que se abstenham de molestar a posse do autor-fazendeiro, sob pena de multa de R\$ 3 mil por hectare ocupado pelos invasores.

A FUNAI alega que a área em disputa foi objeto de demarcação como Terra Indígena, no ano de 1984, pelo Decreto nº 89.578/1984 e que o procedimento demarcatório foi concluído com o registro da terra no Oficial de Registro de Imóveis da Cidade de Porto Murtinho/MS, passando ao domínio da União Federal. Acresce que o decreto referido tornou nulos os títulos de propriedade, incluindo o do dono da terra conhecida como Estância Amaralina.

A decisão do colegiado afirma que a questão da propriedade das terras está sendo objeto da ação cível nº 000003-37.1984.4.03.600, ainda pendente de solução, na qual os fazendeiros, que se consideram proprietários das terras abarcadas pela demarcação de 1984, buscam suspender os efeitos do decreto demarcatório, que está em plena vigência.

No agravo de instrumento nº 2012.03.00.030995-3, ao examinar o pedido de efeito suspensivo de decisão proferida em primeiro grau, a relatora do caso, assim se manifestou: "estamos diante de documentos apresentados pelas partes que dão conta de que ambos são legítimos proprietários da área sub judice, com matrículas abertas e registradas nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes".

Por outro lado, diz a relatora, "Não há como ignorar um decreto presidencial cancelando todo o trabalho realizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) durante anos. Desta feita, a manutenção dos índios na área que não ultrapasse as delimitações estabelecidas pelo Decreto nº 89.578, de 24/04/84, é legítima, mesmo porque até o presente momento não há nenhuma outra decisão contrária aos termos do decreto".

O colegiado, adotando como parte de suas razões de decidir as assertivas referidas,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2014

Brasília, 16 de julho de 2014.

determinou a permanência dos índios nas terras disputadas, desde que não ultrapassem os marcos estabelecidos no Decreto Demarcatório, bem como manteve a multa a ser aplicada à FUNAI, se os ocupantes vierem a impedir o livre trânsito dos fazendeiros proprietários atingidos pela reserva demarcada, ou a impedir o exercício das atividades agrícolas e de pecuária por eles desenvolvidas.

No tribunal, o processo recebeu o nº 0005818-54.2013.4.03.0000/MS.



Reunião – Fórum Permanente Indígena

SÍTIO SUACIDADE.ORG, 16.07.2014

Na noite de ontem, terça-feira (15), na sede do Ministério Público Federal, finalizou a primeira reunião do Fórum Permanente Indígena, que contou com a participação de diversas entidades, entre elas: Prefeitura de Santarém, através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Procuradoria Geral do Município (PGM), OAB, Ministério Público Federal, Governo do Estado do Pará, através da SEDUC, Funai, Ufopa e lideranças do Movimento Indígena de Santarém. Foram discutidos instrumentos no sentido de fortalecer a educação indígena, de forma compartilhada entre União, Estado e Município.

As discussões devem girar em torno de 14 itens de uma extensa pauta, formulada entre as instituições representadas. Sobre os encaminhamentos, o prefeito Alexandre Von mencionou a inclusão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para garantir recursos para ampliação ou construção de escolas indígenas cadastradas no PAR, tanto em nível municipal quanto estadual. O prefeito, também, lembrou que as reivindicações apresentadas são justas e pertinentes. “Chamando a responsabilidade todos os níveis e esferas de Governo nós podemos avançar”, observou.

Ficou definida para o dia 29/09, às 15h, a segunda reunião do Fórum Permanente Indígena.



Marãiwatsédé. Aqui viviam nossos ancestrais

SÍTIO CEDEFES, 16.07.2014

Depois de quase 50 anos, Terra Indígena Marãiwatsédé é retomada por seus verdadeiros donos. 'A terra é a mãe do índio', diz o cacique Xavante Damião. Mas os brancos seguem à espreita

Nem os dias quentes de sol a pino desanimam a criançada de jogar a pelada. No intervalo das aulas, meninos e meninas correm para o centro da aldeia e atrás da bola. Aproveitam cada minuto com garra e determinação, como tem sido a luta dos Xavante de Marãiwatsédé nos últimos 50 anos. No final da tarde, dois times de meninas adolescentes, uniformizadas, treinam, correm, chutam forte – com os pés descalços –, gritam, comemoram e se divertem. O campinho com trave de pau fica na outra extremidade, próximo às casas construídas mais recentemente, de alvenaria, mas no estilo tradicional Xavante. As crianças menores assistem enquanto se distraem com outras brincadeiras.

O rio, a 500 metros da aldeia, é outra diversão. As crianças brincam e se banham, enquanto as mulheres lavam roupas e utensílios. A água usada na higiene pessoal de todos os moradores não é potável. O rio, assim como o Ró (denominação usada pelos Xavante para definir seu ecossistema) está “enfraquecido” devido ao desmatamento e às fazendas dos arredores. Para beber e cozinhar recorrem a um poço artesiano. Próximo ao poço, na entrada da aldeia, um gerador fornece energia para bombear a água e carregar os celulares, usados basicamente para armazenar e ouvir músicas, em especial de compositores da etnia. Sinal, só bem distante dali, já perto do posto da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Ao cair da noite, no warã, numa roda iluminada pela fogueira, se reúnem homens adultos e anciãos para compartilhar acontecimentos importantes do dia que se vai. Os anciãos falam – durante a maior parte do tempo, o silêncio e a atenção dos homens se fundem aos estalidos da madeira que queima. Um pouco antes do encontro, percorre a aldeia o canto dos wapté, meninos Xavante reclusos no Hö, casa dos adolescentes, onde permanecem por cinco anos, em processo de iniciação à fase adulta.

Um dos assuntos no warã é a reunião do dia seguinte sobre um perigo que paira sobre a aldeia e toda a área da terra indígena: as queimadas. “Conter o fogo hoje é mais difícil que antigamente, nas pastagens ele se espalha muito rápido”, diz o cacique Damião Paridzané. Estarão reunidos integrantes da Funai, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), bombeiros, brigadistas, anciãos, homens, mulheres, jovens. O objetivo é delinear ações de prevenção e combate. A preocupação é constante no período da seca, de maio a outubro. São temidos incêndios criminosos por parte de fazendeiros e posseiros insatisfeitos com a retomada da terra pela comunidade indígena. “Se inimigo nosso, de passagem, coloca fogo, queima tudo”, alerta Damião.

CONT.



A preocupação tem fundamento. Em agosto passado, cerca de 30 mil hectares (área do tamanho da cidade de Belo Horizonte) foram consumidos por chamas de origem criminosa. A equipe de brigadistas do Prevfogo, do Ibama, localizou 120 focos de incêndio no interior da área indígena, a maioria perto de rodovias que a cortam ou circundam. O fogo ateado em várias partes e a precariedade das estradas, ou a falta delas, tornam o acesso à área, a fiscalização e o combate aos incêndios tarefas quase impossíveis.

Durante a reunião, o cacique pede por um carro e por estradas. "Temos de evitar o fogo, Ibama precisa ter apoio, parceria e aliança dos índios. Estamos pedindo para arrumar estrada dentro da área pois o tempo de seca está chegando", insiste. A professora Carolina Rewaptu intervém: "O povo indígena tem muito conhecimento que hoje o branco tá estudando sobre meio ambiente e preservação. O branco fala que é educação ambiental, como preservar o meio ambiente; esse é o nosso conhecimento".



Fórum discute educação indígena em Santarém, no PA

SÍTIO G1, 16.07.2014

Audiência discutiu propostas para melhorar qualidade da educação indígena. Seduc, OAB, Funai e MPF reuniram com lideranças.

Do G1 Santarém
Comente agora

Com o objetivo de discutir propostas para melhorar a qualidade da educação indígena em Santarém, o auditório do Ministério Público Federal no município, oeste do Pará, sediou o Fórum Permanente Indígena. Esta foi a primeira audiência pública que discutiu o tema, reunindo representantes da Secretaria Municipal de Educação (Semed), Procuradoria Geral do Município (PGM), Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Secretaria Estadual de Educação (Seduc), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério Público Federal (MPF).

A partir deste primeiro encontro, que aconteceu na noite de terça-feira (15), os debates entre o poder público municipal e etnias indígenas devem ser periódicos. "Através desse fórum é que a gente vai saber se o município está agindo certo ou errado", revelou a líder indígena Boró Borari.

Na primeira reunião do fórum foram discutidos instrumentos possíveis para fortalecer a educação indígena de forma compartilhada entre União, Estado e Município. De acordo com as lideranças, o principal intuito é que o fórum se torne lei municipal, regulamentando o que é educação escolar indígena e por quem ela será executada no município de Santarém.

O prefeito Alexandre Von afirmou que irá analisar a proposta de criação de uma lei municipal para atender os indígenas, além de pedir apoio para incentivar a educação destes povos. "A norma vigente estabelece que a responsabilidade na gestão da educação é do governo federal complementado pelo governo do Estado, isso em todos os estados da federação com o apoio do município. Nós queremos mais participação e mais envolvimento do Ministério da Educação, do FNDE e do Governo do Estado (Seduc) atuando em parceria com a prefeitura", ressaltou o prefeito.

A pauta de discussões reúne em torno de 14 itens. A segunda reunião do Fórum Permanente acontecerá no dia 29 de setembro.



Relatório aponta média de 1 suicídio a cada 5 dias entre indígenas de MS

SÍTIO DOURADOS AGORA, 16.07.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lança esta manhã, na sede da CNBB, o relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil que sistematiza os dados de violências cometidas contra os povos e comunidades indígenas em 2013. Entre os dados alarmantes, está o recorde de suicídios entre indígenas de Mato Grosso do Sul, média de um a cada cinco dias.

O panorama político explicita que as recentes investidas e ataques contra os direitos dessas populações têm um reflexo direto nas aldeias em todo o país.

A paralisação das demarcações de terras, a tentativa de retirar direitos garantidos através de projetos de emenda à Constituição, portarias e decretos, a proposta de modificar o procedimento administrativo de demarcação das terras e as manifestações ruralistas realizadas em vários estados, dentre outros atos anti-indígenas, tiveram como consequência o acirramento dos conflitos que envolvem a disputa de terras.

Há mais de 20 anos o Cimi sistematiza informações levantadas por suas equipes espalhadas pelo Brasil, que atuam próximas ou até mesmo nas próprias áreas indígenas. Dados pesquisados junto aos órgãos públicos e notícias veiculadas pela imprensa também servem de base para o relatório.

Dividida em quatro partes, a publicação traz no primeiro capítulo as seguintes categorias: omissão e morosidade na regularização das terras indígenas; conflitos relativos a direitos territoriais; e invasões, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio.

A segunda parte apresenta as violências cometidas “contra a pessoa”, dentre elas constam assassinato, ameaça de morte, abuso de poder, homicídio culposos, lesão corporal dolosa, racismo e discriminação e violência sexual, dentre outras. Já o terceiro capítulo traz dados sobre as violências causadas por omissão do poder público, como desassistência geral e desassistência nas áreas de saúde e educação, morte por desassistência, mortalidade infantil e suicídio. E, por último, há informações sobre os povos indígenas que vivem em situação de isolamento ou de pouco contato no Brasil e as principais ameaças a que estão sujeitos.

O relatório explicita que a presidenta da República Dilma Rousseff continua tendo a pior média de homologações de terras indígenas desde o fim da ditadura militar, com 3,6 homologações por ano. Em todo o ano de 2013, apenas uma terra foi homologada, a Terra Indígena Kayabi, no Pará. Mas nem mesmo esta terra pôde ter seu registro efetivado, visto que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, concedeu liminar contra o seu registro em cartório. Portanto, nenhum procedimento demarcatório foi concluído em 2013.

Em relação à saúde indígena, a situação é de total omissão. “A constatação de que a cada 100
CONT.



indígenas que morrem no Brasil 40 são crianças torna inegável o fato de que está em curso uma política indigenista genocida”, afirma Dom Erwin Kräutler, bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Cimi.

Suicídios

Sobre a ocorrência de suicídios, dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), divulgados em maio deste ano pelo Cimi, mostram uma realidade bastante devastadora no estado do Mato Grosso do Sul: 73 casos em 2013, uma média de um suicídio a cada cinco dias. Este índice configura-se como o maior em 28 anos, de acordo com os registros do Cimi.

Dos 73 indígenas mortos, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá, a maioria com idade entre 15 e 30 anos. No período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá do estado, número que praticamente triplicou na última década. De 2000 a 2013 foram 684 casos.

Além da presença de Dom Erwin e da coordenadora do relatório, a antropóloga Lúcia Helena Rangel, uma liderança indígena do povo Tenharim também estará presente no lançamento do relatório. Quase exterminados pela construção da rodovia Transamazônica na década de 1970, dos cerca de 10 mil Tenharim sobreviveram pouco mais de 100 pessoas naquela ocasião. Em dezembro de 2013, eles foram envolvidos no que consideram ser “o segundo massacre do povo”, quando foram responsabilizados pelo desaparecimento de três não indígenas na Transamazônica. Incitada por madeireiros, a população de Humaitá se revoltou contra os Tenharim, queimando um barco, vários veículos e os prédios da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Sesai, além de terem ameaçado e discriminado radicalmente os indígenas, que ainda foram violados em seus direitos pelas próprias forças policiais em suas aldeias. Em um dos casos mais emblemáticos de violência, ocorrido no ano passado, os Tenharim foram condenados pela mídia sem que tivessem sequer sido ouvidos. E, apesar da falta de provas, cinco indígenas estão presos em Porto Velho.

“Existem muitos madeireiros que têm raiva da gente porque eles não podem invadir a reserva para tirar madeira. Tempos atrás, com as operações da Funai e de outros órgãos, eles tiveram carros e tratores apreendidos e ficaram com mais raiva. O que eles fizeram foi aproveitar o momento para se unirem contra nós, se articulando com a população. Foram eles que bancaram o protesto, quando invadiram nossas aldeias”, afirmou a liderança Ivanildo Tenharim, na época da violenta manifestação contra o seu povo.

Serviço:

O quê: Lançamento do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2013

Quando: 17 de julho (5ª feira), às 9h30

Onde: No auditório da sede da CNBB, Setor de Embaixadas Sul, Quadra 801, Conjunto B, ao lado da Embaixada do Vaticano, próximo a Esplanada dos Ministérios, Brasília (DF)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2014

Brasília, 16 de julho de 2014.

Mais informações:

Assessoria de Imprensa do Cimi: 61 2106-1667, 9979-7059, 9979-1670, 9686-6205 e 8128-5799



IGUATEMI- Cresce tensão na região de área ocupada por indígenas

SÍTIO PORTAL CONESUL, 16.07.2014

A falta de ação do Governo Federal em buscar uma solução concreta e definitiva para resolver o problema relacionado à demarcação de terras tem feito aumentar a tensão entre produtores rurais e indígenas na região de Iguatemi, no Cone Sul de Mato Grosso do Sul.

Os produtores da região acusam os indígenas, que em 2013 invadiram a fazenda denominada Cambará, situada no município, de descumprir acordo firmado perante o Ministério Público Federal (MPF) e a própria FUNAI (Fundação Nacional do Índio), de promoverem atos de vandalismo, de abater animais em propriedades lindeiras à área ocupada e inclusive provocar confrontos com seguranças particulares de propriedades rurais vizinhas à área invadida.

Desde que um grupo de guarani-kaiowá invadiu a Fazenda Cambará, alegando que as terras pertencem a seus ancestrais, diversos incidentes já foram registrados na região.

Por conta de um acordo, segundo a classe produtora, firmado com o MPF e a FUNAI, os indígenas deveriam permanecer acampados em uma determinada área da fazenda até que o processo demarcatório se desenrolasse.

O acordo não teria sido cumprido pelos indígenas, que teriam invadido a sede da fazenda, expulsado os moradores, causado depredações das instalações e montado acampamento na sede da propriedade.

Ainda no ano passado, indígenas supostamente do grupo invasor, teriam bloqueado uma estrada rural que corta da fazenda invadida e inclusive atacado um ônibus que realizava o transporte escolar quando o veículo, que estava carregado de alunos, passava pelo local.

Outro problema que tem feito aumentar ainda mais a tensão na região são os frequentes abates de gado de propriedades vizinhas a área invadida.

Todos os abates, atribuídos aos índios invasores, seguem os mesmos padrões, ou seja, após o abate, apenas parte da carne é levada e o restante da carcaça é deixada para trás.

Nesse final de semana uma vaca prenha prestes a parir, foi abatida na Fazenda Cachoeira, situada na divisa com a fazenda invadida no ano passado e parte da carcaça, inclusive o bezerro acabou deixada no local.

Visando coibir os furtos, os abates de animais como esse registrado nesse final de semana, que tem provocado grandes prejuízos aos produtores e até mesmo invasões de novas propriedades na região, a classe produtora de Iguatemi está investindo na contratação de empresas de segurança juridicamente legalizadas para protegerem os limites de suas propriedades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2014

Brasília, 16 de julho de 2014.

O gasto com esse tipo de segurança especializada vem girando em torno de R\$ 30 mil reais por mês para os produtores, segundo o Sindicato Rural de Iguatemi (SRI), mas mesmo assim as invasões e os prejuízos com abates de animais continuam.

Segundo o SRI, recentemente foram registrados alguns confrontos entre índios e seguranças das propriedades e o clima está se tornando cada vez mais tenso em toda a região.

A classe produtora acusa organismos internacionais e principalmente o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) de recrutar indígenas e incentivar a invasão de propriedades rurais na região sul de Mato Grosso do Sul.

O Conselho Missionário Indigenista (CIMI) é um organismo vinculado a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, segundo o órgão, tem a incumbência de conferir um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas no Brasil.

Professora sofre ameaças por ensinar Constituição a indígenas Munduruku
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.07.2014



Por Luana Luizy,

de Brasília

CIMI – Emanuelle Limenza Barros tem 28 anos e é de Londrina, Paraná, mas mora no estado do Pará há quatro anos onde leciona história para os indígenas Munduruku da aldeia Missão São Francisco do Rio Cururu, próximo ao município de Jacareacanga, sudoeste do Pará.

Acusada de organizar protestos e de aliciar os indígenas Munduruku, Emanuelle sofre hoje intimidações e ameaças por ensinar a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que prevê consulta aos povos sobre o impacto de grandes empreendimentos e que assegura aos indígenas o ensino da língua materna.

No entanto, a prefeitura de Jacareacanga menosprezou a determinação da Convenção 169 e o artigo 210 da Constituição Federal, ao demitir em massa 70 professores indígenas sob o argumento de que não tinham formação adequada para lecionar. Após meses de impasses, a Justiça Federal ao acatar determinação do Ministério Público Federal, ordenou que a prefeitura restabelecesse a quantidade necessária de professores nas escolas indígenas do povo Munduruku.

CONT.



A região é conhecida por ter grupos econômicos ligados ao garimpo e que são aliados da prefeitura local. Intimidações aos indígenas são frequentes. No dia 13 de maio uma manifestação promovida por garimpeiros, comerciantes e membros do Poder Público contra a presença dos indígenas no município terminou com dois munduruku feridos nas pernas depois de atingidos por rojões e bombas de gás lançados pelos manifestantes anti-indígenas.

Durante o ato, o secretário de Assuntos Indígenas, Ivânio Alencar proferia palavras de ódio contra os Munduruku. "Nós não estamos pra briga. Nós temos os nossos direitos garantidos. Se vocês quiserem vir pro pau vai ter pau nessa p*. Vamos tocar o pau. Vou rasgar o meu diploma de secretário e não quero nem saber. Vamos acabar com essa palhaçada agora, vocês vão sair agora seu bando de baitolas. Nós temos o direito, nós temos o direito".

Porém o caso não é isolado, ele procede de ataques orquestrados e programados. O Poder Público na região promove constantemente ódio contra os indígenas e também é responsável por coordenar golpe em antiga associação representativa indígena, a Pusuru a fim de fragmentar e desmobilizar os Munduruku.

O movimento Ipereg Ayu dos Munduruku em assembleia geral decretou a extinção da Pusuru por considerarem uma série de desvios de conduta, citando inclusive a polêmica tentativa de acordo com a multinacional irlandesa, Celestial Green para venda de créditos de carbono em 2012.

Emanuelle, qual tipo de trabalho que você desenvolve com os Munduruku da aldeia da Missão do rio São Francisco?

Bem, eu aprendi a língua dos Munduruku, embora a prefeitura da região alerte aos funcionários para não se comunicarem na língua dos indígenas e não estabelecer contato mais assíduo e próximo, mas eu fiz o contrário aprendi a linguagem deles e acabei criando certo vínculo. No momento estou produzindo um projeto que visa alertar o "modus operandi" do governo para conseguir estabelecer seus mega-projetos, o principal deles é a divisão de etnias e culturas tradicionais, para que percam o poder de luta.

O projeto pretende mostrar aos indígenas que já passaram pela mesma fase ou todas, e principalmente daqueles que na época inicial dessas fases se envolveram e foram manipulados aderindo à farsa que o governo propunha a eles, pensando que seria melhor pro seu povo. Esses hoje sabem que foram manipulados, quem melhor do que eles para unificar as etnias, e mostrar que a verdade está ao lado sempre do que aprenderam com seus antepassados, isto é, a união faz a força.

Quando e por que você sofreu intimidações?

A prefeitura da região demitiu em massa 70 professores em fevereiro deste ano foi quando os Munduruku me pediram orientações sobre o caso. A partir desse momento os indígenas começaram a se unir para terem seus empregos de volta, foi quando grupos econômicos e políticos tentaram me pintar de divisora de etnia e de influenciadora do anarquismo.

CONT.



E qual foi o motivo que a prefeitura alegou sobre a demissão em massa?

A explicação da prefeitura foi a de que os indígenas não tinham nível suficiente para dar aula, que os indígenas ainda não haviam terminado o "Ibourebu", o magistério indígena realizado pela Funai, mas os Munduruku ensinam a língua materna deles de 1º a 4º série, também arte, cultura e identidade.

Todos os alunos da aldeia ficaram sem aula e a Prefeitura contratou professores que ainda estavam cursando ensino médio, alguns "pariwat", não-indígena na língua Munduruku e outros indígenas. Se você demite professores alegando que não possuem experiência suficiente e contrata outros que cursam o ensino médio e que não falam a língua Munduruku, existe uma coisa errada aí.

Me acusaram de estar fazendo parte do movimento "Ipereg Ayu", que na língua Munduruku significa "uma coisa que não se ultrapassa", mas nunca cheguei a falar para os indígenas que eles precisavam se manifestar. Só disse o que existia dentro da constituição para os professores indígenas tentarem reconquistar a vaga deles e dos artigos 210 e 213 que assegura aos indígenas poderem estudar enquanto lecionam. Como posso aliciar indígenas se estava ensinando a Constituição?

O que acha ter sido a verdadeira razão para a demissão em massa?

A demissão pra mim não foi em nível de estudo, mas sim para fragmentar os indígenas e acentuar o "modus operandi" dos reais interesses políticos existentes na região.

O secretário de Assuntos Indígenas de Jacareacanga afirmava que eu era uma ativista branca. E me recomendou fugir da casa dos professores, pois ela ia ser queimada, curiosamente após uma hora de eu ter ido embora a casa foi queimada, eu inclusive cheguei a escutar relatos na região de pessoas afirmando que iam queimar as casas.

No dia seguinte, 13 de maio, aconteceu uma manifestação de 500 pessoas contra os indígenas, a maioria das pessoas presentes no ato era composta de garimpeiros e comerciantes. O secretário de Assuntos Indígenas dizia durante o ato que os indígenas eram um bando de bêbados, deslegitimando o movimento.

Não me deixei intimidar. Só em um momento que tive de me esconder no dia da manifestação dos garimpeiros, isso porque eles estavam atacando a mando do secretário. Também no dia recebi informações de que dois homens estavam tentando me encontrar, aí eu tive que me esconder.

Você tomou alguma atitude perante essas ameaças?

Logo que cheguei em Itaituba-PA fui a televisão falar sobre o caso, já que estes estavam expondo minha foto e dizendo o que queriam, também fui à delegacia, porém disseram que eu teria de fazer o Boletim de Ocorrência no município em que ocorreu o caso, isso quer dizer, voltar à Jacareacanga mesmo que tendo sido ameaçada, então esperei a reunião com o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2014

Brasília, 16 de julho de 2014.

Ministério Público e passei meu relato ao procurador, Luiz de Camões Boaventura, com a assinatura dos indígenas que estavam presente, além de publicá-lo no site do Combate ao Racismo Ambiental. As denúncias continuam e continuarão, infelizmente não consegui entrar com processo contra eles ainda, espero que o Ministério Público faça alguma coisa.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=jUWbrxis9fw



O II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas – ENEI acontecerá nos dias 04 a 07 de agosto de 2014, na Universidade Católica Dom Bosco, na cidade de Campo Grande – MS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.07.2014



O encontro tem como tema “Políticas Públicas para os acadêmicos e egressos indígenas: avanços e desafios” e busca dar continuidade as discussões e reflexões desenvolvidas no I ENEI realizado no ano de 2013 na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e nos Encontros de Acadêmicos Indígenas de Mato Grosso do Sul são realizados desde o ano 2006 no âmbito Projeto Rede de Saberes (UCDB, UEMS, UFMS e UFGD) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPI/UCDB), com apoio da Fundação Ford. Constitui-se em oportunidade para a discussão e socialização de postulados teóricos e metodológicos utilizados em pesquisas voltadas para o ensino superior indígena, bem como sobre saberes locais, educação, saúde, gestão territorial, direito, entre outros. Como espaço privilegiado tendo interlocutores pesquisadores indígenas, sobretudo no que tange a práticas educativas em contexto intercultural, no evento serão enfatizados diálogos de saberes, atuação profissional, educação superior.

Objetivo Geral: Criar espaço de discussão e socialização de pesquisas e trabalhos sobre o tema, Metas e Desafios no Caminho do Ensino Superior tendo em vista contribuir para a formação de profissionais indígenas que melhor atendam as demandas de suas comunidades.

Objetivos Específicos: a) Possibilitar a apresentação de pesquisas e estudos sobre o Tema do Encontro Nacional dos estudantes Indígenas; b) Permitir que os acadêmicos e pesquisadores
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2014

Brasília, 16 de julho de 2014.

indígenas do Brasil possam trocar experiências sobre suas trajetórias nas Instituições de Ensino Superior, e os desafios que percebem quando adentra a Universidades.



Operação em Aldeias Indígenas Apreende 15 Motocicletas

SÍTIO TOCNOTÍCIAS, 16.07.2014

Os policiais cumpriram mandados de buscas e apreensões decretadas pela justiça da comarca de Amarante, Um caminhão cheio de motocicletas. Esse foi o balanço de uma operação em conjunto deflagrada nessa terça-feira (15) pelas polícias Civil, Militar e Grupo Tático Aéreo (GTA).

Foto: opregressonet Segundo o delegado titular da Delegacia Regional de Imperatriz, Francisco de Assis Andrade Ramos, a operação foi formada para o cumprimento de buscas e apreensões em aldeias indígenas na área Zutiwua, da etnia Guajajara, nos municípios de Amarante e Arame do Estado Maranhão.

Nas buscas e apreensões cumpridas, os policiais apreenderam um caminhão de motocicletas, 15 ao todo, que podem ser produtos de roubos, a maioria em Imperatriz. O delegado Assis Ramos informou que existem motocicletas com placas de cidades de outros estados, como Tocantins e Pará.

Segundo o delegado, nessa operação foram apreendidas 15 motocicletas, mas a suspeita é de que exista mais do que o dobro desse veículos roubados e vendidos por preços abaixo do custo em aldeias e assentamentos da região e que ainda serão alvos de novas investigações e, em função disso, cumprimento de buscas e apreensões.

“Apreendemos 15, mas o número é bem maior do que se possa imaginar. As investigações vão continuar e novas buscas e apreensões e até prisões de receptadores serão feitas futuramente. Se roubos são praticados, é porque existe a figura do receptador”, disse Assis Ramos.

As motocicletas foram levadas para o pátio do Instituto de Criminalística, onde serão alvos de perícias para que possam ser descobertas as suas origens.

A decretação dos mandados de buscas e apreensões nas aldeias foi em função de investigações que foram feitas devido às denúncias de que nessas áreas indígenas e assentamentos da região estão circulando muitas motocicletas roubadas ou furtadas em Imperatriz.

Fonte: opregressonet